

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

LEGENDA

VERMELHO: dispositivo retirado/suprimido

AZUL: proposta de atualização

AMARELO: dispositivo realocado

VERDE: sugestões da Diretoria e/ou Conselhos

CINZA: dispositivos facultativos

Versão vigente do Estatuto Social	Proposta de atualização	Sugestões/observações
TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO FORO, DO PRAZO DE DURAÇÃO, DO EXERCÍCIO SOCIAL, DA ÁREA DE AÇÃO Art. 1º A Cooperativa de Crédito e Investimentos de Rondônia – SICOOB CREDJURD, CNPJ nº 04.751.713/0001-48, constituída em 12 de março de 2001, neste Estatuto Social designada simplesmente como <i>Cooperativa</i>, é instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa	TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO FORO, DO PRAZO DE DURAÇÃO, DO EXERCÍCIO SOCIAL, DA ÁREA DE AÇÃO Art. 1º A Cooperativa de Crédito e Investimentos de Rondônia – SICOOB CREDJURD, CNPJ nº 04.751.713/0001-48, constituída em 12 de março de 2001, neste Estatuto Social designada simplesmente como <i>Cooperativa</i>, é instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa	Orientação geral: O Estatuto Social Padrão é de uso compulsório pelas cooperativas do Sicoob, em suas próximas reformas estatutárias, e seu conteúdo deve ser preservado integralmente, exceto no que tange às indicações expressas de adoção facultativa e/ou alternativa. Eventuais ajustes ou inclusões, excepcionais e pontuais, devidamente justificadas, de teor no estatuto-padrão deverão ser previamente alinhados com a Central e com o Centro Cooperativo Sicoob (CCS).



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos, regida por este Estatuto Social e pela legislação vigente, tendo: I. sede, administração e foro jurídico na Avenida Carlos Gomes, Nº 643, 2º Piso, Bairro Caiari, CEP: 76801-147, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia; II. prazo de duração indeterminado e exercício social com duração de 12 (doze) meses, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano civil; III. área de ação, para fins de instalação de dependências, limitada ao município sede e aos seguintes municípios: Alta Floresta do Oeste, Alto Alegre do Parecis, Alto Paraíso, Alvorada do Oeste, Ariquemes, Buritis, Cabixi, Cacaúlândia, Cacoal, Campo Novo de Rondônia, Candeias do	de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos, regida por este Estatuto Social e pela legislação vigente, tendo: I. sede, administração e foro jurídico na Avenida Carlos Gomes, Nº 643, 2º Piso, Bairro Caiari, CEP: 76801-147, na cidade de Porto Velho/RO; II. prazo de duração indeterminado e exercício social com duração de 12 (doze) meses, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano civil; III. área de ação, para fins de instalação de dependências, limitada ao município sede e aos seguintes municípios: Alta Floresta do Oeste, Alto Alegre do Parecis, Alto Paraíso, Alvorada do Oeste, Ariquemes, Buritis, Cabixi, Cacaúlândia, Cacoal, Campo Novo de Rondônia, Candeias do Jamari,	
--	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

Jamari, Castanheiras, Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Corumbiara, Costa Marques, Cujubim, Espigão Do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Guajará Mirim, Irapuã do Oeste, Jaru, Ji-Paraná, Machadinho Do Oeste, Ministro Andreazza, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova Brasilândia Do Oeste, Nova Mamoré, Nova União, Novo Horizonte do Oeste, Ouro Preto do Oeste, Parecis, Pimenta Bueno, Pimenteiras do Oeste, Porto Velho, Presidente Médici, Primavera de Rondônia, Rio Crespo, Rolim de Moura, Santa Luzia Do Oeste, São Felipe Do Oeste, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Anari, Vale do Paraíso e Vilhena, desde que existam dependências dos órgãos referidos no art. 7º.	Castanheiras, Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Corumbiara, Costa Marques, Cujubim, Espigão Do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Guajará Mirim, Irapuã do Oeste, Jaru, Ji-Paraná, Machadinho Do Oeste, Ministro Andreazza, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova Brasilândia Do Oeste, Nova Mamoré, Nova União, Novo Horizonte do Oeste, Ouro Preto do Oeste, Parecis, Pimenta Bueno, Pimenteiras do Oeste, Porto Velho, Presidente Médici, Primavera de Rondônia, Rio Crespo, Rolim de Moura, Santa Luzia Do Oeste, São Felipe Do Oeste, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Anari, Vale do Paraíso e Vilhena, desde que existam dependências dos órgãos referidos no art. 7º.	
--	--	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

§ 1º A área de ação da <i>Cooperativa</i> deverá ser homologada pela Central Sicoob Norte, sem prejuízo da apreciação definitiva pelo Banco Central do Brasil. §2º Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de maio de 2004, a Cooperativa alterou sua denominação para Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes das Carreiras Jurídicas e dos Serventuários de órgãos da Justiça e Afins no Estado de Rondônia – Credjurd. §3º Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2007, a Cooperativa alterou sua denominação para Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes das Carreiras Jurídicas e dos Serventuários de órgãos da Justiça e Afins no Estado de Rondônia – Sicoob Credjurd.	§ 1º A área de ação da <i>Cooperativa</i> deverá ser homologada pela Central Sicoob Norte, sem prejuízo da apreciação definitiva pelo Banco Central do Brasil. §2º Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de maio de 2004, a Cooperativa alterou sua denominação para Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes das Carreiras Jurídicas e dos Serventuários de órgãos da Justiça e Afins no Estado de Rondônia – Credjurd. §3º Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2007, a Cooperativa alterou sua denominação para Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes das Carreiras Jurídicas e dos Serventuários de órgãos da Justiça e Afins no Estado de Rondônia – Sicoob Credjurd.	
--	--	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

§4º Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de março de 2019, a Cooperativa alterou sua denominação para Cooperativa de Crédito e Investimentos de Rondônia - SICOOB CREDJURD. CAPÍTULO II DO OBJETO SOCIAL Art. 2º A <i>Cooperativa</i> tem por objeto social, além da prática de outros atos cooperativos e demais operações e serviços permitidos às cooperativas de crédito pela regulamentação aplicável: I. a prestação, por meio da mutualidade, de serviços financeiros a seus associados;	§4º Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de março de 2019, a Cooperativa alterou sua denominação para Cooperativa de Crédito e Investimentos de Rondônia - SICOOB CREDJURD. CAPÍTULO II DO OBJETO SOCIAL Art. 2º A <i>Cooperativa</i> tem por objeto social, além da prática de outros atos cooperativos e demais operações e serviços permitidos às cooperativas de crédito pela regulamentação aplicável: I. a prestação, por meio da mutualidade, de serviços financeiros a seus associados; Proposta de atualização obrigatória: II. a oferta de operações de crédito com o compartilhamento de recursos e de riscos com outras cooperativas integrantes do Sicoob, com vista a	
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

II. o desenvolvimento de programas de: a) poupança e de uso adequado do crédito; b) educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal, no sentido de fomentar o cooperativismo de crédito, observando os valores e princípios cooperativistas. § 1º A <i>Cooperativa</i> poderá captar recursos dos Municípios nos quais possua dependência instalada, bem como de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, nos termos da legislação e regulamentação em vigor. § 2º A <i>Cooperativa</i> poderá prestar serviços de pagamento para não associados nas	garantir vantagens econômicas aos seus associados; III. o desenvolvimento de programas de: a) poupança e de uso adequado do crédito; b) educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal, no sentido de fomentar o cooperativismo de crédito, observando os valores e princípios cooperativistas. § 1º A <i>Cooperativa</i> poderá captar recursos dos Municípios nos quais possua dependência instalada, bem como de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, nos termos da legislação e regulamentação em vigor. § 2º A <i>Cooperativa</i> poderá prestar serviços de pagamento para não associados nas	
---	--	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

modalidades de credenciador e de iniciador de transação de pagamento. § 3º A <i>Cooperativa</i> poderá agir como substituta processual de seus associados e em defesa dos respectivos direitos coletivos, desde que haja autorização da Assembleia Geral para tal, nos termos da legislação em vigor. § 4º Em todos os aspectos das atividades executadas na <i>Cooperativa</i> devem ser observados os princípios da neutralidade política e da não discriminação por fatores religiosos, raciais, sociais, de gênero ou de quaisquer outras características pessoais. CAPÍTULO III DA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB) Art. 3º O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) é um arranjo sistêmico de	modalidades de credenciador e de iniciador de transação de pagamento. § 3º A <i>Cooperativa</i> poderá agir como substituta processual de seus associados e em defesa dos respectivos direitos coletivos, desde que haja autorização da Assembleia Geral para tal, nos termos da legislação em vigor. § 4º Em todos os aspectos das atividades executadas na <i>Cooperativa</i> devem ser observados os princípios da neutralidade política e da não discriminação por fatores religiosos, raciais, sociais, de gênero ou de quaisquer outras características pessoais. CAPÍTULO III DA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB) Art. 3º O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) é um arranjo sistêmico de	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

abrangência nacional, integrado pelas entidades previstas neste Estatuto Social e regulado por diretrizes e normas de alcance geral, resguardadas a autonomia jurídica e a responsabilidade legal de cada entidade. § 1º O Sicoob é integrado: I. pelas cooperativas singulares filiadas às cooperativas centrais; II. pelas cooperativas centrais filiadas ao Sicoob Confederação (Sistemas Regionais); III. pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação); IV. pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. (Banco Sicoob) e pelas demais empresas e entidades vinculadas ao Sistema. § 2º A <i>Cooperativa</i>, ao filiar-se à Central Sicoob Norte, integra o Sicoob, regendo-se, também	abrangência nacional, integrado pelas entidades previstas neste Estatuto Social e regulado por diretrizes e normas de alcance geral, resguardadas a autonomia jurídica e a responsabilidade legal de cada entidade. § 1º O Sicoob é integrado: I. pelas cooperativas singulares filiadas às cooperativas centrais; II. pelas cooperativas centrais filiadas ao Sicoob Confederação (Sistemas Regionais); III. pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação); IV. pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. (Banco Sicoob) e pelas demais empresas e entidades vinculadas ao Sistema. § 2º A <i>Cooperativa</i>, ao filiar-se à Central Sicoob Norte, integra o Sicoob, regendo-se, também	
--	--	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

por suas normas e pelas suas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções). § 3º A integração ao Sicoob não implica responsabilidade solidária entre as cooperativas e demais entidades que integram o Sicoob, ressalvada a responsabilidade pelas obrigações contraídas pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. (Banco Sicoob) perante o BNDES e a Finame, bem como a decorrente da adesão ao sistema de garantias recíprocas, nos termos deste Estatuto Social. § 4º Nos termos da legislação em vigor, a contratação, pela <i>Cooperativa</i>, de serviços do Banco Sicoob e de suas entidades vinculadas não forma vínculo empregatício de seus empregados com o referido Banco, nem lhes altera a condição profissional.	por suas normas e pelas suas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções). § 3º A integração ao Sicoob não implica responsabilidade solidária entre as cooperativas e demais entidades que integram o Sicoob, ressalvada a responsabilidade pelas obrigações contraídas pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. (Banco Sicoob) perante o BNDES e a Finame, bem como a decorrente da adesão ao sistema de garantias recíprocas, nos termos deste Estatuto Social. § 4º Nos termos da legislação em vigor, a contratação, pela Cooperativa, de serviços do Banco Sicoob e de suas entidades vinculadas não forma vínculo empregatício de seus empregados com o referido Banco, nem lhes altera a condição profissional.	
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

§ 5º A <i>Cooperativa</i>, por integrar o Sicoob e estar filiada à Central Sicoob Norte sujeita-se às seguintes regras: I. aceitação da prerrogativa de a Central Sicoob Norte representá-la nos relacionamentos mantidos com o Banco Central do Brasil; o Sicoob Confederação, o Banco Sicoob e as demais empresas ou entidades do Sicoob; o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) e quaisquer outros órgãos e instituições/empresas, sejam de natureza pública ou privada, podendo firmar contratos, convênios e compromissos diversos; II. a Central poderá delegar a representação de que trata o inciso anterior ao Sicoob Confederação, seja	§ 5º A <i>Cooperativa</i>, por integrar o Sicoob e estar filiada à Central Sicoob Norte, sujeita-se às seguintes regras: I. aceitação da prerrogativa de a Central Sicoob Norte representá-la nos relacionamentos mantidos com o Banco Central do Brasil; o Sicoob Confederação, o Banco Sicoob e as demais empresas ou entidades do Sicoob; o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) e quaisquer outros órgãos e instituições/empresas, sejam de natureza pública ou privada, podendo firmar contratos, convênios e compromissos diversos; II. a Central poderá delegar a representação de que trata o inciso anterior ao Sicoob Confederação, seja	
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

III. para representar todas ou parte das cooperativas singulares filiadas; cumprimento das decisões, das diretrizes, das regulamentações e dos procedimentos instituídos para o Sicoob e para o Sistema Regional, por meio do Estatuto Social da Central Sicoob Norte e dos demais normativos; IV. acesso, pela Central Sicoob Norte ou pelo Sicoob Confederação, a todos os dados contábeis, econômicos, financeiros e afins, bem como a todos os livros sociais, legais e fiscais, além de relatórios complementares e de registros de movimentação financeira de qualquer natureza; V. assistência, em caráter temporário, mediante administração em regime de cogestão, quando adotado, pela Central Sicoob Norte ou, em se	III. para representar todas ou parte das cooperativas singulares filiadas; cumprimento das decisões, das diretrizes, das regulamentações e dos procedimentos instituídos para o Sicoob e para o Sistema Regional, por meio do Estatuto Social da Central Sicoob Norte e dos demais normativos; IV. acesso, pela Central Sicoob Norte ou pelo Sicoob Confederação, a todos os dados contábeis, econômicos, financeiros e afins, bem como a todos os livros sociais, legais e fiscais, além de relatórios complementares e de registros de movimentação financeira de qualquer natureza; assistência, em caráter temporário, mediante administração em regime de cogestão, quando adotado, pela Central Sicoob Norte ou, em se tratando de	
--	---	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

tratando de delegação de atribuição da Central, pelo Sicoob Confederação, formalizado por meio de instrumento próprio e conforme regras sistêmicas, para sanar irregularidades ou em caso de risco para a solidez da própria <i>Cooperativa</i>, da Central, do Sistema Regional ou do Sicoob;	delegação de atribuição da Central, pelo Sicoob Confederação, conforme regras sistêmicas, para sanar irregularidades ou em caso de risco para a solidez da própria <i>Cooperativa</i>, da Central, do Sistema Regional ou do Sicoob, Proposta de atualização obrigatória: formalizado por meio de convênio entre a cooperativa e a entidade cogestora, a ser aprovado pela assembleia geral, estabelecendo, pelo menos, a caracterização das situações consideradas de risco que justifiquem a implantação do regime de cogestão, o rito dessa implantação por iniciativa da entidade cogestora e o regimento a ser observado durante a cogestão, e a realização, no prazo de até 1 (um) ano da implantação da cogestão, de assembleia geral extraordinária para deliberar sobre a manutenção desse regime e da adoção de outras medidas julgadas necessárias;	
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

VI. administração temporária pela Central Sicoob Norte ou, em se tratando de delegação de atribuição da Central, pelo Sicoob Confederação, em situações que comprometam ou possam comprometer a continuidade da <i>Cooperativa</i> ou que causem ou possam causar perdas aos seus associados, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.	administração temporária pela Central Sicoob Norte ou, em se tratando de delegação de atribuição da Central, pelo Sicoob Confederação, em situações que comprometam ou possam comprometer a continuidade da Cooperativa ou que causem ou possam causar perdas aos seus associados, nos termos da legislação e regulamentação em vigor, Proposta de atualização obrigatória: mediante autorização prévia do Banco Central do Brasil, ao qual cabe estabelecer o prazo de duração da medida ou condição para cessação desta, e a Cooperativa fica impedida de desfiliar-se da Central Sicoob Norte, ou do Sicoob, e de realizar o distrato da atividade de supervisão prestada, conforme o caso. V. a cooperativa, quando for detentora de ações do Banco Sicoob, deverá negociá-las exclusivamente entre as entidades	
--	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

VII. a cooperativa, quando for detentora de ações do Banco Sicoob, deverá negociá-las exclusivamente entre as entidades do Sicoob e, em caso de desligamento, deverá aliená-las, antes do efetivo desligamento. § 6º As políticas e os demais normativos sistêmicos, aprovados no âmbito das entidades nacionais do Sicoob, têm aplicação imediata, sendo necessária aprovação pela <i>Cooperativa</i> apenas nos casos em que houver exigência legal, regulamentar ou do próprio Centro Cooperativo Sicoob (CCS). § 7º A <i>Cooperativa</i> é aderente ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único, definido pelo Sicoob. § 8º A <i>Cooperativa</i> é aderente ao Comitê de Remuneração, constituído no âmbito do Sicoob Confederação, nos termos da regulamentação	do Sicoob e, em caso de desligamento, deverá aliená-las, antes do efetivo desligamento; § 6º As políticas e os demais normativos sistêmicos, aprovados no âmbito das entidades nacionais do Sicoob, têm aplicação imediata, sendo necessária aprovação pela <i>Cooperativa</i> apenas nos casos em que houver exigência legal, regulamentar ou do próprio Centro Cooperativo Sicoob (CCS). § 7º A <i>Cooperativa</i> é aderente ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único, definido pelo Sicoob. § 8º A <i>Cooperativa</i> é aderente ao Comitê de Remuneração, constituído no âmbito do Sicoob Confederação, nos termos da regulamentação em vigor, devendo disponibilizar as informações necessárias para cumprimento de suas atribuições e responsabilidades.	
---	--	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

em vigor, devendo disponibilizar as informações necessárias para cumprimento de suas atribuições e responsabilidades. § 9º A marca Sicoob é de propriedade do Sicoob Confederação, e seu uso observará regulamentação própria. CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES Art. 4º A <i>Cooperativa</i>, conforme disposições legais e normativas acerca de obrigações solidárias, aplicáveis ao sistema de garantias recíprocas, responde solidariamente com seu patrimônio, a qualquer tempo, até que as obrigações se cumpram, salvo prescrição extintiva legal, pela: I. insuficiência de liquidez na centralização financeira administrada pela Central Sicoob Norte;	§ 9º A marca Sicoob é de propriedade do Sicoob Confederação, e seu uso observará regulamentação própria. CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES Art. 4º A <i>Cooperativa</i>, conforme disposições legais e normativas acerca de obrigações solidárias, aplicáveis ao sistema de garantias recíprocas, responde solidariamente com seu patrimônio, a qualquer tempo, até que as obrigações se cumpram, salvo prescrição extintiva legal, pela: I. insuficiência de liquidez na centralização financeira administrada pela Central Sicoob Norte; II. inadimplência de qualquer cooperativa de crédito filiada à Central Sicoob Norte. Parágrafo único. A responsabilidade solidária, até o limite do prejuízo causado, poderá ser	
--	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

II. inadimplência de qualquer cooperativa de crédito filiada à Central Sicoob Norte; Parágrafo único. A responsabilidade solidária, até o limite do prejuízo causado, poderá ser invocada diretamente pela Central Sicoob Norte ou por qualquer outra filiada, desde que aquela que invocar não tenha dado causa às hipóteses de insuficiência ou inadimplência referidas nos incisos anteriores. Art. 5º A filiação à Central Sicoob Norte importa, automaticamente, solidariedade da <i>Cooperativa</i>, nos termos do Código Civil Brasileiro, limitada ao seu patrimônio, pelas obrigações contraídas pelo Banco Sicoob perante o BNDES e a Finame, com a finalidade de financiar os associados da <i>Cooperativa</i> ou do conjunto das demais filiadas, perdurando esta responsabilidade nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, até a integral liquidação das obrigações contraídas perante o BNDES e a	invocada diretamente pela Central Sicoob Norte ou por qualquer outra filiada, desde que aquela que invocar não tenha dado causa às hipóteses de insuficiência ou inadimplência referidas nos incisos anteriores. Art. 5º A filiação à Central Sicoob Norte importa, automaticamente, solidariedade da <i>Cooperativa</i>, nos termos do Código Civil Brasileiro, limitada ao seu patrimônio, pelas obrigações contraídas pelo Banco Sicoob perante o BNDES e a Finame, com a finalidade de financiar os associados da <i>Cooperativa</i> ou do conjunto das demais filiadas, perdurando esta responsabilidade nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, até a integral liquidação das obrigações contraídas perante o BNDES e a Finame, contratadas até a data em que se deu a demissão, eliminação ou exclusão. § 1º A integração ao Sicoob implica, também, responsabilidade subsidiária da <i>Cooperativa</i>,	
---	---	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

Finame, contratadas até a data em que se deu a demissão, eliminação ou exclusão. § 1º A integração ao Sicoob implica, também, responsabilidade subsidiária da <i>Cooperativa</i>, pelas obrigações mencionadas no <i>caput</i> deste artigo, quando os beneficiários dos recursos forem associados de cooperativas singulares filiadas a outras cooperativas centrais integrantes do Sicoob. § 2º A responsabilidade prevista no parágrafo anterior somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida do Banco Sicoob e da própria <i>Cooperativa</i> a que estiverem associados os beneficiários dos recursos. Art. 6º A <i>Cooperativa</i> responde, subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Central Sicoob Norte perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes de capital que subscrever, perdurando essa responsabilidade, nos casos de demissão,	pelas obrigações mencionadas no <i>caput</i> deste artigo, quando os beneficiários dos recursos forem associados de cooperativas singulares filiadas a outras cooperativas centrais integrantes do Sicoob. § 2º A responsabilidade prevista no parágrafo anterior somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida do Banco Sicoob e da própria <i>Cooperativa</i> a que estiverem associados os beneficiários dos recursos. Art. 6º A <i>Cooperativa</i> responde, subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Central Sicoob Norte perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes de capital que subscrever, perdurando essa responsabilidade, nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, até a data em que se deu o desligamento. TÍTULO II DOS ASSOCIADOS	
--	---	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

eliminação ou exclusão, até a data em que se deu o desligamento.	CAPÍTULO I DA ÁREA DE ATUAÇÃO E DE ADMISSÃO Dispositivo realocado: Art. 7º Podem associar-se à <i>Cooperativa</i> todas as pessoas naturais, jurídicas e entes despersonalizados que concordem com o presente Estatuto Social e preenchem as condições nele estabelecidas, bem como sejam domiciliadas ou estejam estabelecidos no território nacional, observado o seguinte: II. nos demais municípios, no estado de Rondônia, e nos seguintes Estados: Acre/AC, Alagoas/AL, Amapá/AP, Amazonas/AM, Bahia/BA, Ceará/CE, Espírito Santo/ES, Goiás/GO, Maranhão/MA, Mato Grosso/MT, Mato Grosso do Sul/MS, Minas Gerais/MG, Pará/PA, Paraíba/PB, Paraná/PR, Pernambuco/PE, Piauí/PI, Rio de Janeiro/RJ, Rio Grande do Norte/RN, Rio	
TÍTULO II DOS ASSOCIADOS CAPÍTULO I DA ÁREA DE ATUAÇÃO Art. 7º Podem associar-se à <i>Cooperativa</i> todas as pessoas naturais, jurídicas e entes despersonalizados que concordem com o presente Estatuto Social e preenchem as condições nele estabelecidas, bem como tenham residência ou estejam estabelecidos no território nacional, observado o seguinte: I. nos demais municípios, no estado de Rondônia, e nos seguintes Estados: Acre/AC, Alagoas/AL, Amapá/AP, Amazonas/AM, Bahia/BA, Ceará/CE, Espírito Santo/ES, Goiás/GO, Maranhão/MA, Mato Grosso/MT, Mato Grosso do Sul/MS, Minas Gerais/MG,		

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

Pará/PA, Paraíba/PB, Paraná/PR, Pernambuco/PE, Piauí/PI, Rio de Janeiro/RJ, Rio Grande do Norte/RN, Rio Grande do Sul/RS, Roraima/RR, Santa Catarina, SC, São Paulo/SP, Sergipe/SE, Tocantins/TO e Distrito Federal/DF, que farão parte da área de atuação desta <i>Cooperativa</i>: a) Os magistrados e servidores do Poder Judiciário Federal e Estadual, membros e servidores do Ministério Público da União e Ministério Público do Estado, procuradores e servidores da Procuradoria Geral da União e do Estado, defensores e servidores da Defensoria Pública do Estado, servidores de órgãos do executivo e	Grande do Sul/RS, Roraima/RR, Santa Catarina, SC, São Paulo/SP, Sergipe/SE, Tocantins/TO e Distrito Federal/DF, que farão parte da área de atuação desta <i>Cooperativa</i>: a) Os magistrados e servidores do Poder Judiciário Federal e Estadual, membros e servidores do Ministério Público da União e Ministério Público do Estado, procuradores e servidores da Procuradoria Geral da União e do Estado, defensores e servidores da Defensoria Pública do Estado, servidores de órgãos do executivo e legislativo conveniados à cooperativa e pessoas descritas nas alíneas	
---	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

legislativo conveniados à cooperativa e pessoas descritas nas alíneas seguintes, que concordem com o presente Estatuto Social e que preencham as condições nele estabelecidas. b) empregados da própria cooperativa, das entidades a ela associadas e daquelas de cujo capital participe; c) pessoas físicas prestadoras de serviços em caráter não eventual à própria cooperativa, equiparadas aos empregados da cooperativa para os correspondentes efeitos legais; d) pessoas físicas prestadoras de serviços em caráter não	seguintes, que concordem com o presente Estatuto Social e que preencham as condições nele estabelecidas. b) empregados da própria cooperativa, das entidades a ela associadas e daquelas de cujo capital participe; c) pessoas físicas prestadoras de serviços em caráter não eventual à própria cooperativa, equiparadas aos empregados da cooperativa para os correspondentes efeitos legais; d) pessoas físicas prestadoras de serviços em caráter não eventual aos Órgãos referidos neste artigo, às entidades associadas à Cooperativa e	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

eventual aos Órgãos referidos neste artigo, às entidades associadas à Cooperativa e àquelas de cujo capital a Cooperativa participe; e) aposentados que, quando em atividade, atendiam aos critérios estatutários de associação; f) pais, cônjuge ou companheiro, viúvo, filho e dependente legal e pensionista de associado vivo ou falecido; g) pessoas jurídicas, observadas as disposições da legislação em vigor. § 1º O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a 20 (vinte).	àquelas de cujo capital a Cooperativa participe; e) aposentados que, quando em atividade, atendiam aos critérios estatutários de associação; f) pais, cônjuge ou companheiro, viúvo, filho e dependente legal e pensionista de associado vivo ou falecido; g) pessoas jurídicas, observadas as disposições da legislação em vigor. § 1º O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a 20 (vinte). § 2º Não podem ser admitidos no quadro social da <i>Cooperativa</i> ou nele permanecer, além das hipóteses previstas na legislação:	
---	---	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

§ 2º Não podem ser admitidos no quadro social da <i>Cooperativa</i> ou nele permanecer, além das hipóteses previstas na legislação: I. as pessoas jurídicas e os entes despersonalizados cujas atividades principais sejam efetivamente concorrentes com as atividades principais da própria <i>Cooperativa</i>;	I. as pessoas jurídicas e os entes despersonalizados cujas atividades principais sejam efetivamente concorrentes com as atividades principais da própria <i>Cooperativa</i>; Proposta de atualização obrigatória: II. aquele que não seja domiciliado ou estabelecido na área de admissão da cooperativa; III. aquele que realizar fraude na admissão ou no relacionamento com a cooperativa ou por determinação legal e/ou regulamentar; IV. aquele que tenha perdido o vínculo de emprego com a Cooperativa por justa causa; V. aquele que realizar movimentação de valores incompatível com sua capacidade financeira ou atividades declaradas, quando evidenciado;	
---	---	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

§ 3º A possibilidade de associação descrita no <i>caput</i> engloba também os conselhos de fiscalização profissional.	VI. aquele que movimentar valores oriundos de atividades consideradas irregulares ou ilícitas, nos termos da legislação em vigor; VII. aquele que infringir obrigações e/ou regulamentos contratuais de produtos e/ou serviços contratados na Cooperativa e/ou no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; Dispositivos facultativos VIII. aquele que deixar de operar com a <i>Cooperativa</i>, ou por meio dela, por mais de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos. (<i>Observação: inciso facultativo</i>). § 3º A possibilidade de associação descrita no <i>caput</i> engloba também os conselhos de fiscalização profissional. § 4º Podem permanecer na Cooperativa as pessoas que, quando da associação, reuniam as	
--	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

§ 4º Podem permanecer na Cooperativa as pessoas que, quando da associação, reuniam as condições estatutárias para admissão no quadro social. Art. 8º Para adquirir a qualidade de associado, o interessado deverá ter a sua admissão aprovada pela <i>Cooperativa</i>, subscrever e integralizar as quotas-partes na forma prevista neste Estatuto Social, e assinar os documentos necessários para a efetivação da associação. § 1º A Cooperativa poderá recusar a admissão do interessado que apresentar restrições em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Central do Brasil. § 2º As diretrizes referentes à aprovação de admissões e readmissões de associados serão fixadas pelo Conselho de Administração. CAPÍTULO II DOS DIREITOS Art. 9º São direitos dos associados:	condições estatutárias para admissão no quadro social, ressalvado o disposto no § 2º. Art. 8º Para adquirir a qualidade de associado, o interessado deverá ter a sua admissão aprovada pela <i>Cooperativa</i>, subscrever e integralizar as quotas-partes na forma prevista neste Estatuto Social, e assinar os documentos necessários para a efetivação da associação. § 1º A Cooperativa poderá recusar a admissão do interessado que apresentar restrições em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Central do Brasil. § 2º As diretrizes referentes à aprovação de admissões e readmissões de associados serão fixadas pelo Conselho de Administração. CAPÍTULO II DOS DIREITOS Art. 9º São direitos dos associados: I. tomar parte nas Assembleias Gerais, discutir e votar os assuntos que nelas	
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

I. tomar parte nas Assembleias Gerais, discutir e votar os assuntos que nelas forem tratados, ressalvadas as disposições legais e/ou estatutárias; II. ser votado para os cargos sociais, desde que sejam atendidas as disposições legais e/ou regulamentares pertinentes; III. propor, por escrito, medidas que julgar convenientes aos interesses sociais; IV. beneficiar-se das operações e dos serviços prestados pela <i>Cooperativa</i>, observando as regras estatutárias e os instrumentos de regulação; V. examinar e pedir informações, por escrito, sobre documentos, ressalvados aqueles protegidos por sigilo; VI. tomar conhecimento dos normativos internos da <i>Cooperativa</i>;	forem tratados, ressalvadas as disposições legais e/ou estatutárias; II. ser votado para os cargos sociais, desde que sejam atendidas as disposições legais e/ou regulamentares pertinentes; III. propor, por escrito, medidas que julgar convenientes aos interesses sociais; IV. beneficiar-se das operações e dos serviços prestados pela <i>Cooperativa</i>, observando as regras estatutárias e os instrumentos de regulação; V. examinar e pedir informações, por escrito, sobre documentos, ressalvados aqueles protegidos por sigilo; VI. tomar conhecimento dos normativos internos da <i>Cooperativa</i>; VII. demitir-se da <i>Cooperativa</i> quando lhe convier.	
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

VII. demitir-se da <i>Cooperativa</i> quando lhe convier. Parágrafo único. Não pode votar nem ser votado o associado pessoa natural que seja empregado ou preste serviço em caráter não eventual à <i>Cooperativa</i>. CAPÍTULO III DOS DEVERES Art. 10. São deveres dos associados: I. satisfazer, pontualmente os compromissos que contrair com a <i>Cooperativa</i> ou por intermédio dela; II. cumprir as disposições deste Estatuto Social, dos regimentos internos, das deliberações das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, bem como dos instrumentos de normatização	Parágrafo único. Não pode votar nem ser votado o associado pessoa natural que seja empregado ou preste serviço em caráter não eventual à <i>Cooperativa</i>. CAPÍTULO III DOS DEVERES Art. 10. São deveres dos associados: I. satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a <i>Cooperativa</i> ou por intermédio dela; II. cumprir as disposições deste Estatuto Social, dos regimentos internos, das deliberações das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, bem como dos instrumentos de normatização sistêmicos destinados direta ou indiretamente aos associados; III. zelar pelos valores morais, éticos, sociais e materiais da <i>Cooperativa</i>;	
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

sistêmicos destinados direta ou indiretamente aos associados; III. zelar pelos valores morais, éticos, sociais e materiais da <i>Cooperativa</i>; IV. respeitar as boas práticas de movimentação financeira, tendo sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não se devem sobrepor interesses individuais; V. realizar suas operações financeiras, preferencialmente, na <i>Cooperativa</i>, mantendo suas informações cadastrais atualizadas; VI. não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na <i>Cooperativa</i>	IV. respeitar as boas práticas de movimentação financeira, tendo sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não se devem sobrepor interesses individuais; proposta de atualização obrigatória V. realizar suas operações financeiras, preferencialmente, na <i>Cooperativa</i>, mantendo suas informações cadastrais atualizadas, especialmente alteração de endereço residencial e/ou comercial, alteração de estatuto ou contrato social, telefone, endereço eletrônico e informações financeiras; VI. não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na <i>Cooperativa</i> para finalidades não propostas nos financiamentos, permitindo, quando	
--	--	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

para finalidades não propostas nos financiamentos, permitindo, quando for o caso, ampla fiscalização da <i>Cooperativa</i>, do Banco Central do Brasil e das instituições financeiras envolvidas na concessão; VII. comunicar, por meio do Canal de Comunicação de Indícios de Ilícitude do Sicoob, sem a necessidade de se identificar, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da <i>Cooperativa</i>. CAPÍTULO IV DOS CASOS DE DESLIGAMENTO DE ASSOCIADOS SEÇÃO I DA DEMISSÃO	for o caso, ampla fiscalização da <i>Cooperativa</i>, do Banco Central do Brasil e das instituições financeiras envolvidas na concessão; VII. comunicar, por meio do Canal de Comunicação de Indícios de Ilícitude do Sicoob, sem a necessidade de se identificar, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da <i>Cooperativa</i>. CAPÍTULO IV DOS CASOS DE DESLIGAMENTO DE ASSOCIADOS SEÇÃO I DA DEMISSÃO Art. 11. A demissão do associado (que não poderá ser negada) dar-se-á unicamente a seu pedido e será formalizada por escrito.	
---	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

Art. 11. A demissão do associado (que não poderá ser negada) dar-se-á unicamente a seu pedido e será formalizada por escrito. § 1º O Conselho de Administração será comunicado sobre os pedidos de demissão em sua primeira reunião subsequente à data de protocolo do pedido. § 2º Na ocasião da demissão deve ser adimplida qualquer obrigação existente entre o associado e a <i>Cooperativa</i>, ainda que não vencida, desde que os correspondentes instrumentos prevejam a demissão como hipótese de vencimento antecipado da obrigação. § 3º A data da demissão do associado será a data do protocolo do pedido de demissão na <i>Cooperativa</i>. SEÇÃO II DA ELIMINAÇÃO	§ 1º O Conselho de Administração será comunicado sobre os pedidos de demissão em sua primeira reunião subsequente à data de protocolo do pedido. § 2º Na ocasião da demissão deve ser adimplida qualquer obrigação existente entre o associado e a <i>Cooperativa</i>, ainda que não vencida, desde que os correspondentes instrumentos prevejam a demissão como hipótese de vencimento antecipado da obrigação. § 3º A data da demissão do associado será a data do protocolo do pedido de demissão na <i>Cooperativa</i>. SEÇÃO II DA ELIMINAÇÃO Art. 12. A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária, ou ainda quando: I. exercer qualquer atividade considerada prejudicial à <i>Cooperativa</i> e/ou à sua	
---	--	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

Art. 12. A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária, ou ainda quando: I. exercer qualquer atividade considerada prejudicial à <i>Cooperativa</i> e/ou à sua imagem, inclusive infringir dispositivos infra estatutários aplicáveis, como: regimentos, regulamentos, manuais e outros normativos internos e sistêmicos; II. praticar atos que, a critério da <i>Cooperativa</i>, a desabonem, como emissão de cheques sem fundos em qualquer instituição financeira, inclusão nos sistemas de proteção ao crédito, pendências registradas no Banco Central do Brasil, atrasos em operações de crédito e operações baixadas em prejuízo na <i>Cooperativa</i>;	imagem, inclusive infringir dispositivos infra estatutários aplicáveis, como: regimentos, regulamentos, manuais e outros normativos internos e sistêmicos; II. praticar atos que, a critério da <i>Cooperativa</i>, a desabonem, como emissão de cheques sem fundos em qualquer instituição financeira, inclusão nos sistemas de proteção ao crédito, pendências registradas no Banco Central do Brasil, atrasos recorrentes e relevantes em operações de crédito e operações baixadas em prejuízo na <i>Cooperativa</i>; III. deixar de honrar os compromissos assumidos perante a <i>Cooperativa</i> ou terceiro, para o qual a <i>Cooperativa</i> tenha prestado garantia e seja obrigada	
--	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

III. deixar de honrar os compromissos assumidos perante a <i>Cooperativa</i> ou terceiro, para o qual a <i>Cooperativa</i> tenha prestado garantia e seja obrigada a honrá-la em decorrência da inadimplência do associado; IV. divulgar, entre os demais associados e/ou perante a comunidade a prática de falsas irregularidades na <i>Cooperativa</i> ou violar sigilo de operação ou de serviço prestado pela <i>Cooperativa</i>. § 1º A eliminação do associado será decidida e registrada em ata de reunião do Conselho de Administração. § 2º O associado será notificado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da reunião do Conselho de Administração em que houve a eliminação, por meio de carta, <i>e-mail</i> ou outro meio de comunicação constante na ficha	a honrá-la em decorrência da inadimplência do associado; IV. divulgar, entre os demais associados e/ou perante a comunidade a prática de falsas irregularidades na <i>Cooperativa</i> ou violar sigilo de operação ou de serviço prestado pela <i>Cooperativa</i>. § 1º A eliminação do associado será decidida e registrada em ata de reunião do Conselho de Administração. § 2º O associado será notificado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da reunião do Conselho de Administração em que houve a eliminação, por meio de carta, <i>e-mail</i> ou outro meio de comunicação constante na ficha cadastral ou localizado pela <i>Cooperativa</i>, por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento da notificação, devendo estar descrito o que motivou a eliminação.	
--	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

cadastral ou localizado pela <i>Cooperativa</i>, por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento da notificação, devendo estar descrito o que motivou a eliminação. § 3º O associado eliminado terá direito a interpor recurso em até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação prevista nos parágrafos anteriores, com efeito suspensivo para a primeira Assembleia Geral que se realizar. SEÇÃO III DA EXCLUSÃO Art. 13. A exclusão do associado será feita nos seguintes casos: I. dissolução da pessoa jurídica; II. morte da pessoa natural; III. Incapacidade civil não suprida; IV. fraude ou determinação legal; V. deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou	§ 3º O associado eliminado terá direito à interposição de recurso em até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação prevista nos parágrafos anteriores, com efeito suspensivo para a primeira Assembleia Geral que se realizar. SEÇÃO III DA EXCLUSÃO Art. 13. A exclusão do associado será feita nos seguintes casos: Proposta de atualização obrigatória: I. dissolução da pessoa jurídica ou do ente despersonalizado; II. morte da pessoa natural; III. incapacidade civil não suprida; IV. deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na <i>Cooperativa</i>, exceto o disposto no art. 7º, § 4º.	
---	--	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

permanência na <i>Cooperativa</i> exceto o disposto no art. 7º, § 4º. Parágrafo único: A exclusão com fundamento no inciso IV ocorrerá por ato do Conselho de Administração, à exceção do motivo previsto no art. 7º, § 2º, inciso I, observadas as regras para eliminação de associados. CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES E DA READMISSÃO Art. 14. A responsabilidade do associado por compromissos da <i>Cooperativa</i> perante terceiros é limitada ao valor de suas quotas-partes. § 1º Em caso de desligamento do quadro social, a responsabilidade descrita no <i>caput</i> perdurará até a aprovação das contas do exercício em que se deu o desligamento.	Parágrafo único. A exclusão com fundamento no inciso IV ocorrerá por ato do Conselho de Administração. CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES E DA READMISSÃO Art. 14. A responsabilidade do associado por compromissos da <i>Cooperativa</i> perante terceiros é limitada ao valor de suas quotas-partes. § 1º Em caso de desligamento do quadro social, a responsabilidade descrita no <i>caput</i> perdurará até a aprovação das contas do exercício em que se deu o desligamento. Proposta de atualização obrigatória: § 2º As obrigações contraídas por associados com a <i>Cooperativa</i>, em caso de morte, passarão aos seus herdeiros. Art. 15. A readmissão de associado desligado será deliberada pela <i>Cooperativa</i>, conforme os	
--	--	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

Art. 15. A readmissão de associado desligado será deliberada pela <i>Cooperativa</i>, conforme os critérios de reingresso fixados pelo Conselho de Administração. TÍTULO III DO CAPITAL SOCIAL CAPÍTULO I DA FORMAÇÃO DO CAPITAL SEÇÃO I DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS Art. 16. O capital social da <i>Cooperativa</i> é dividido em quotas-partes de R\$ 1,00 (<i>um real</i>) cada uma, ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de associados, e o capital mínimo da <i>Cooperativa</i> não poderá ser inferior a R\$ 200.000,00 (<i>duzentos mil reais</i>). § 1º As quotas-partes do associado são impenhoráveis, indivisíveis e intransferíveis a terceiros não associados da <i>Cooperativa</i>, ainda que por herança, não podendo com eles ser	critérios de reingresso fixados pelo Conselho de Administração. TÍTULO III DO CAPITAL SOCIAL CAPÍTULO I DA FORMAÇÃO DO CAPITAL SEÇÃO I DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS Art. 16. O capital social da <i>Cooperativa</i> é dividido em quotas-partes de R\$ 1,00 (<i>um</i>) real cada uma, ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de associados, e o capital mínimo da <i>Cooperativa</i> não poderá ser inferior a R\$ 200.000,00 (<i>duzentos mil reais</i>). § 1º As quotas-partes do associado são impenhoráveis, indivisíveis e intransferíveis a terceiros não associados da <i>Cooperativa</i>, ainda que por herança, não podendo com eles ser negociadas nem dadas em garantia, nos termos da legislação vigente.	
--	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

negociadas nem dadas em garantia, nos termos da legislação vigente. § 2º O capital integralizado pelos associados poderá ser remunerado, na forma da legislação em vigor e conforme deliberação do Conselho de Administração, que estipulará os juros, a periodicidade e a forma de pagamento. Art. 17. No ato de admissão, o associado subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, no mínimo, uma (1) quota-parte de R\$ 1,00 (um real). § 1º Para aumento contínuo de capital social, os associados subscreverão e integralizarão, anualmente, à vista ou a prazo, até completar 6.000 (seis mil) quotas, quando então poderá optar pela descontinuidade. § 2º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total de quotas-partes do capital social da <i>Cooperativa</i>.	§ 2º O capital integralizado pelos associados poderá ser remunerado, na forma da legislação em vigor e conforme deliberação do Conselho de Administração, que estipulará os juros, a periodicidade e a forma de pagamento. Art. 17. No ato de admissão, o associado subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, no mínimo, 1 (uma) quotas-partes. Exclusão “de R\$ 1,00 (um real)”. § 1º Para aumento contínuo de capital social, os associados subscreverão e integralizarão, anualmente, à vista ou a prazo, até completar 6.000 (seis mil) quotas, quando então poderá optar pela descontinuidade. § 2º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total de quotas-partes do capital social da <i>Cooperativa</i>. Proposta de atualização obrigatória: § 3º As quotas-partes integralizadas responderão como garantia das obrigações que	
---	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

§ 3º As quotas-partes integralizadas responderão como garantia das obrigações que o associado assumir com a <i>Cooperativa</i>, nos termos do art. 20, I, deste Estatuto Social. § 4º A quota-parte não poderá ser cedida ou oferecida em garantia de operações com terceiros. § 5º Não é exigida a complementação de capital por parte dos associados que já compõem o quadro social da <i>Cooperativa</i>, na hipótese em que houver posterior aumento do número mínimo de quotas-partes para a associação de que trata o <i>caput</i>. § 6º Havendo posterior redução do número mínimo de quotas-partes de que trata o <i>caput</i>, não é devida a correspondente devolução da parte excedente, ressalvadas as hipóteses de	o associado assumir com a <i>Cooperativa</i>, nos termos do art. 20, I, deste Estatuto Social, sem prejuízo das demais garantias formalmente constituídas. § 4º A quota-parte não poderá ser cedida ou oferecida em garantia de operações com terceiros. § 6º Não é exigida a complementação de capital por parte dos associados que já compõem o quadro social da <i>Cooperativa</i>, na hipótese em que houver posterior aumento do número mínimo de quotas-partes para a associação de que trata o <i>caput</i>. § 7º Havendo posterior redução do número mínimo de quotas-partes de que trata o <i>caput</i>, não é devida a correspondente devolução da parte excedente, ressalvadas as hipóteses de resgate ordinário e eventual de capital, como previsto neste Estatuto Social.	
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

resgate ordinário e eventual de capital, como previsto neste Estatuto Social. Art. 18. O filho ou dependente legal com idade entre 1 (um) dia de vida e 18 (dezoito) anos incompletos poderá se associar e manter conta-corrente na <i>Cooperativa</i> desde que representado ou assistido pelos pais ou por representante legal, devendo subscrever e integralizar o capital social mínimo previsto no artigo anterior. Parágrafo único. Qualquer questão omissa referente a essa matéria será decidida pelo Conselho de Administração. SEÇÃO II DO RELACIONAMENTO POR MEIO ELETRÔNICO Art. 19. No ato de admissão, o associado pessoa natural, inclusive o microempreendedor individual (MEI), pessoa jurídica ou ente despersonalizado, que tenha por objetivos a abertura de conta de depósitos e a manutenção	Art. 18. O filho ou dependente legal com idade entre 1 (um) dia de vida e 18 (dezoito) anos incompletos poderá associar-se e manter conta-corrente na <i>Cooperativa</i> desde que representado ou assistido pelos pais ou por representante legal, devendo subscrever e integralizar o capital social mínimo previsto no artigo anterior. Parágrafo único. Qualquer questão omissa referente a essa matéria será decidida pelo Conselho de Administração. SEÇÃO II DO RELACIONAMENTO POR MEIO ELETRÔNICO Art. 19. No ato de admissão, o associado pessoa natural, inclusive o microempreendedor individual (MEI), pessoa jurídica ou ente despersonalizado, que tenha por objetivos a abertura de conta de depósitos e a manutenção desse relacionamento exclusivamente por meio eletrônico subscreverá e integralizará, à vista e	
---	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

desse relacionamento exclusivamente por meio eletrônico subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, 20 (vinte) quotas-partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, equivalentes a R\$ 20,00 (vinte reais). § 1º Considera-se relacionamento por meio eletrônico com a <i>Cooperativa</i> aquele determinado pelo uso dos meios eletrônicos, assim entendidos os instrumentos e os canais remotos utilizados para comunicação e troca de informações, sem contato presencial, entre o associado e a <i>Cooperativa</i>, na forma da regulamentação em vigor. § 2º Concluído o processo de admissão, o associado que alterar seu relacionamento com a Cooperativa, a partir do uso de produtos, serviços e canais de atendimento que não sejam exclusivamente eletrônicos, deverá promover a complementação do seu capital social conforme a regra disposta no art. 17 deste Estatuto Social.	em moeda corrente, 20 (vinte) quotas-partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, equivalentes a R\$ 20,00 (vinte reais). § 1º Considera-se relacionamento por meio eletrônico com a <i>Cooperativa</i> aquele determinado pelo uso dos meios eletrônicos, assim entendidos os instrumentos e os canais remotos utilizados para comunicação e troca de informações, sem contato presencial, entre o associado e a <i>Cooperativa</i>, na forma da regulamentação em vigor. § 2º Concluído o processo de admissão, o associado que alterar seu relacionamento com a <i>Cooperativa</i>, a partir do uso de produtos, serviços e canais de atendimento que não sejam exclusivamente eletrônicos, deverá promover a complementação do seu capital social conforme a regra disposta no art. 17 deste Estatuto Social. CAPÍTULO II DA MOVIMENTAÇÃO DAS QUOTAS-PARTES	
--	--	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

CAPÍTULO II DA MOVIMENTAÇÃO DAS QUOTAS-PARTES SEÇÃO I DO RESGATE ORDINÁRIO Art. 20. Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, acrescidas dos respectivos juros, quando houver, e do valor decorrente de conversão de sobras, ou reduzidas das respectivas perdas, observando, além de outras disposições deste Estatuto Social, o seguinte: I. a Cooperativa poderá promover a compensação entre o valor total do débito do associado, referente a todas as suas operações vencidas e vincendas, e seu crédito oriundo das respectivas quotas-partes;	SEÇÃO I DO RESGATE ORDINÁRIO Art. 20. Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, acrescidas dos respectivos juros, quando houver, e do valor decorrente de conversão de sobras, ou reduzidas das respectivas perdas, observando, além de outras disposições deste Estatuto Social, o seguinte: Proposta de atualização obrigatória: I. a <i>Cooperativa</i> poderá promover a compensação entre o valor total do débito do associado, referente a todas as suas operações vencidas e vincendas, seja na condição de devedor principal ou solidário, e seu crédito oriundo das respectivas quotas-partes, inclusive nas hipóteses em que houver a substituição do associado pelo espólio;	
---	---	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

II. excepcionalmente, conforme regras previamente definidas pelo Conselho de Administração da Cooperativa e desde que sejam cumpridos os limites regulamentares, as quotas-partes poderão ser devolvidas aos associados antes da aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se der o desligamento;	II. excepcionalmente, observado o disposto no inciso I, conforme regras previamente definidas pelo Conselho de Administração da <i>Cooperativa</i> e desde que sejam cumpridos os limites regulamentares, as quotas-partes poderão ser devolvidas aos associados antes da aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se der o desligamento: a) o associado que possuir capital social igual ou inferior a R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) terá direito, quando de seu desligamento, à devolução de suas quotas-partes no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após o seu desligamento, em uma única parcela.	
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

III. para os demais casos de resgate ordinário, deve ser observado o seguinte: a) a devolução das quotas-partes será realizada após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado, acrescida da respectiva atualização monetária, calculada desde a data da aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado, até o dia útil anterior à devolução;	III. para os demais casos de resgate ordinário, deve ser observado o seguinte: a) a devolução das quotas-partes será realizada após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado;	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

b) excepcionalmente, desde que sejam cumpridos os limites regulamentares, as quotas partes poderão ser devolvidas aos associados antes da aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se der o desligamento com capital social igual ou inferior a R\$ 1.500,00,00 (mil e quinhentos reais), tendo o associado o direito à devolução de suas quotas partes no prazo de até 30 (trinta) dias após o desligamento, em uma única parcela. c) em casos de desligamento, o valor a ser devolvido pela <i>Cooperativa</i> ao associado será	b) em casos de desligamento, o valor a ser devolvido pela <i>Cooperativa</i> ao associado será dividido em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas;	
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

dividido em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas; d) os herdeiros de associado falecido terão o direito de receber os valores das quotas-partes do capital e dos demais créditos existentes em nome do <i>de cujus</i>, deduzidos os eventuais débitos existentes em seu nome, atendidos os requisitos legais, apurados por ocasião do encerramento do exercício social em que se deu o falecimento, em até 6 (seis) parcelas, mensais e consecutivas, ressalvado o enquadramento do associado falecido ao disposto no inciso II deste artigo, quando então	Proposta de atualização obrigatória: c) os herdeiros de associado falecido, mediante a apresentação de alvará judicial, formal de partilha ou escritura pública, terão o direito de receber os valores das quotas-partes do capital e dos demais créditos existentes em nome do <i>de cujus</i>, deduzidos os eventuais débitos existentes em seu nome, atendidos os requisitos legais, apurados por ocasião do encerramento do exercício social em que se deu o falecimento, em até 6 (seis) parcelas, mensais e consecutivas, ressalvado o enquadramento do associado	
--	--	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

serão aplicadas as regras deste inciso II; e) os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração. § 1º Caso o valor das quotas-partes seja inferior ao total do débito do associado desligado e haja a compensação citada no art. 20, I, o associado desligado continuará responsável pelo saldo remanescente apurado, podendo a <i>Cooperativa</i> tomar todas as providências cabíveis ao caso. § 2º A restituição de capital social para associado desligado depende da observância dos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação em vigor.	falecido ao disposto no inciso II deste artigo, quando então serão aplicadas as regras deste inciso II; d) os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração. § 1º Caso o valor das quotas-partes seja inferior ao total do débito do associado desligado e haja a compensação citada no art. 20, I, o associado desligado continuará responsável pelo saldo remanescente apurado, podendo a <i>Cooperativa</i> tomar todas as providências cabíveis ao caso. § 2º A restituição de capital social para associado desligado depende da observância dos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação em vigor. § 3º Os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados	
--	--	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

§ 3º Os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos serão revertidos ao Fundo de Reserva da <i>Cooperativa</i> após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão. SEÇÃO II DO RESGATE EVENTUAL Art. 21. O associado pessoa natural que cumprir as disposições deste Estatuto Social, não estiver inadimplente perante a <i>Cooperativa</i>, poderá solicitar a devolução parcial de suas quotas-partes, o que dependerá de autorização específica do Conselho de Administração, e da preservação, além do número mínimo de quotas-partes, dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor, e da integridade e inexigibilidade do capital e do patrimônio líquido, cujos recursos devem permanecer por prazo suficiente para refletir a estabilidade	pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos serão revertidos ao Fundo de Reserva da <i>Cooperativa</i> após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão. SEÇÃO II DO RESGATE EVENTUAL Art. 21. O associado pessoa natural que cumprir as disposições deste Estatuto Social não estiver inadimplente perante a <i>Cooperativa</i>, poderá solicitar a devolução parcial de suas quotas-partes, o que dependerá de autorização específica do Conselho de Administração, e da preservação, além do número mínimo de quotas-partes, dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor, e da integridade e inexigibilidade do capital e do patrimônio líquido.	
---	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

inerente à natureza de capital fixo da instituição, devendo ser observado o seguinte:— I. — O Conselho de Administração deliberará sobre a viabilidade da devolução das cotas e estabelecerá as condições para tal, garantindo que os valores a serem restituídos ao associado não sejam inferiores aos previamente determinado;— II. — o valor a ser devolvido pela Cooperativa como resgate eventual ao associado, será dividido em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas;— III. — tornando-se inadimplente em qualquer operação, o associado perderá automaticamente o direito de receber as parcelas do resgate eventual vencidas e não pagas ou vincendas, podendo a Cooperativa aplicar a compensação prevista neste Estatuto;—		
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

IV. — no caso de desligamento do associado, nas formas previstas neste Estatuto, durante o período de recebimento das parcelas do resgate eventual, o saldo remanescente da conta capital e o saldo registrado em capital a devolver serão somados, e ao resultado apurado serão aplicadas as regras para o resgate ordinário. § 1º O resgate eventual somente poderá ocorrer por solicitação do associado, observando as regras deste Estatuto, e, em caso de aprovação, a <i>Cooperativa</i> promoverá a compensação de débito vencido, deduzindo da parcela de capital a ser paga o montante da dívida em atraso. TÍTULO IV DO BALANÇO, DAS SOBRAS, DAS PERDAS E DOS FUNDOS CAPÍTULO I DO BALANÇO, DAS SOBRAS E DAS PERDAS	§ 1º O resgate eventual somente poderá ocorrer por solicitação do associado, observando as regras deste Estatuto, e, em caso de aprovação, a <i>Cooperativa</i> promoverá a compensação de débito vencido, deduzindo da parcela de capital a ser paga o montante da dívida em atraso. TÍTULO IV DO BALANÇO, DAS SOBRAS, DAS PERDAS E DOS FUNDOS CAPÍTULO I DO BALANÇO, DAS SOBRAS E DAS PERDAS Art. 22. O balanço e os demonstrativos de sobras e perdas serão elaborados semestralmente, em	
--	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

Art. 22. O balanço e os demonstrativos de sobras e perdas serão elaborados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, devendo, também, ser elaborados balancetes de verificação mensais. § 1º As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deliberará: I. pela destinação aos associados, proporcionalmente às operações realizadas com a <i>Cooperativa</i> segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral; II. pela constituição de outros fundos ou destinação aos fundos existentes; III. pela constituição de reservas; IV. pela compensação de perdas de exercícios anteriores, desde que a <i>Cooperativa</i>:	30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, devendo, também, ser elaborados balancetes de verificação mensais. § 1º As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deliberará: I. pela destinação aos associados, proporcionalmente às operações realizadas com a <i>Cooperativa</i>, segundo fórmula de cálculo aprovada pela Assembleia Geral; II. pela constituição de outros fundos ou destinação aos fundos existentes; III. pela constituição de reservas; IV. pela compensação de perdas de exercícios anteriores, desde que a <i>Cooperativa</i>: a) se mantenha ajustada aos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente;	
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

a) se mantenha ajustada aos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente; b) conserve o controle da parcela correspondente a cada associado no saldo das perdas retidas, conforme o rateio previsto no inciso III do § 2º deste artigo; c) atenda aos demais requisitos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Sicoob; V. por outras destinações específicas, desde que permitidas pela legislação e regulamentação em vigor. § 2º O saldo ao final do exercício social referente às perdas apuradas deve ser: I. absorvido com a utilização de recursos provenientes do saldo existente do	b) conserve o controle da parcela correspondente a cada associado no saldo das perdas retidas, conforme o rateio previsto no inciso III do § 2º deste artigo; c) atenda aos demais requisitos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Sicoob; V. por outras destinações específicas, desde que permitidas pela legislação e regulamentação em vigor. Proposta de atualização obrigatória: § 2º O saldo ao final do exercício social referente às perdas apuradas ficará à disposição da Assembleia Geral e deve ser: I. absorvido com a utilização de recursos provenientes do saldo existente do	
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

Fundo de Reserva e das demais reservas constituídas para esse fim; II. mantido na conta de sobras ou perdas acumuladas; III. rateado entre os associados, somente quando os recursos das reservas mencionadas no item I forem insuficientes e considerando as operações realizadas ou mantidas na <i>Cooperativa</i>, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral, observada a regulamentação em vigor. CAPÍTULO II DOS FUNDOS Art. 23. Das sobras apuradas no exercício serão deduzidos os seguintes percentuais para os fundos obrigatórios:	Fundo de Reserva e das demais reservas constituídas para esse fim; II. mantido na conta de sobras ou perdas acumuladas; III. rateado entre os associados, somente quando os recursos das reservas mencionadas no item I forem insuficientes e considerando as operações realizadas ou mantidas na <i>Cooperativa</i>, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral, observada a regulamentação em vigor. CAPÍTULO II DOS FUNDOS Art. 23. Das sobras apuradas no exercício serão deduzidos os seguintes percentuais para os fundos obrigatórios:	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

I. 10% (dez por cento) para o Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da <i>Cooperativa</i>; II. 5% (cinco por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), destinado à prestação de assistência aos associados e a seus familiares, aos empregados da <i>Cooperativa</i> e à comunidade situada em sua área de ação. § 1º Poderão ser canalizados ao Fundo de Reserva, antes da apuração das destinações obrigatórias, as doações sem destinação específica e, a critério do Conselho de Administração, os valores em prejuízo recuperados de exercícios anteriores, e outros	I. 10% (dez por cento) para o Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da <i>Cooperativa</i>; Proposta de atualização obrigatória: II. 5% (cinco por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), destinado à prestação de assistência aos associados e a seus familiares, aos empregados da <i>Cooperativa</i> e à comunidade situada em sua área de ação, que poderá ser executada mediante convênio com entidades públicas e privadas. § 1º Poderão ser destinados ao Fundo de Reserva, antes da apuração das destinações obrigatórias, os valores líquidos referentes às doações sem destinação específica e, a critério do Conselho de Administração, os valores em prejuízo recuperados de exercícios anteriores,	
--	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

valores objeto de recuperação, inclusive em decorrência da legislação aplicável. § 2º Além dos previstos nos incisos I e II deste artigo, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação. TÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS SOCIAIS Art. 24. A estrutura de governança corporativa da <i>Cooperativa</i> é composta pelos seguintes órgãos sociais: I. Assembleia Geral; II. Conselho de Administração; III. Diretoria Executiva; IV. Conselho Fiscal;	recebidos no exercício corrente, e outros valores objeto de recuperação, inclusive em decorrência da legislação aplicável. § 2º Além dos previstos nos incisos I e II deste artigo, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação. TÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS SOCIAIS Art. 24. A estrutura de governança corporativa da <i>Cooperativa</i> é composta pelos seguintes órgãos sociais: I. Assembleia Geral; II. Conselho de Administração; III. Diretoria Executiva; IV. Conselho Fiscal;	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

Parágrafo único. O Conselho de Administração tem atribuições estratégicas, orientadoras, e supervisoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, as quais estão a cargo da Diretoria Executiva. CAPÍTULO II DA ASSEMBLEIA GERAL SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA PARA A CONVOCAÇÃO Art. 25. A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo presidente do Conselho de Administração. § 1º A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos, após solicitação, não atendida pelo presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de protocolização da solicitação.	Parágrafo único. O Conselho de Administração tem atribuições estratégicas, orientadoras, e supervisoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, as quais estão a cargo da Diretoria Executiva. CAPÍTULO II DA ASSEMBLEIA GERAL SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA PARA A CONVOCAÇÃO Art. 25. A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo presidente do Conselho de Administração. § 1º A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos, após solicitação, não atendida pelo presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de protocolização da solicitação.	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

§ 2º A Central Sicoob Norte poderá, no exercício da supervisão local, solicitar que a <i>Cooperativa</i> convoque Assembleia Geral Extraordinária nos seguintes casos: I. situações de risco no âmbito da cooperativa singular filiada; II. fraudes e irregularidades comprovadas em Auditoria; III. ausência de preservação dos princípios cooperativistas. § 3º A Central Sicoob Norte poderá, mediante decisão do respectivo Conselho de	§ 2º A Central Sicoob Norte poderá, no exercício da supervisão local, solicitar que a <i>Cooperativa</i> convoque Assembleia Geral Extraordinária nos seguintes casos: I. situações de risco no âmbito da cooperativa singular filiada; II. fraudes e irregularidades comprovadas em Auditoria; III. ausência de preservação dos princípios cooperativistas; Proposta de atualização obrigatória: IV. descumprimento de normas legais e regulamentares, bem como de políticas, decisões, diretrizes, normativos internos e procedimentos, de caráter sistêmico nacional ou regional, instituídos pelo Sicoob e aplicáveis às cooperativas filiadas.	
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

Administração, convocar Assembleia Geral Extraordinária da <i>Cooperativa</i> se a solicitação prevista no § 2º não for atendida no prazo de 10 (dez) dias corridos, tendo direito à voz na Assembleia. SEÇÃO II DO PRAZO DE CONVOCAÇÃO Art. 26. A Assembleia Geral será convocada com a antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos e divulgada, em destaque, no sítio eletrônico da <i>Cooperativa</i> ou em repositório de acesso público irrestrito na rede mundial de computadores. Parágrafo único. Não havendo, no horário estabelecido para primeira convocação, quórum de instalação, a assembleia poderá realizar-se em segunda e terceira convocações, no mesmo dia da primeira, com o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação, desde que assim conste do respectivo edital.	§ 3º A Central Sicoob Norte poderá, mediante decisão do respectivo Conselho de Administração, convocar Assembleia Geral Extraordinária da <i>Cooperativa</i> se a solicitação prevista no § 2º não for atendida no prazo de 10 (dez) dias corridos, tendo direito à voz na Assembleia. SEÇÃO II DO PRAZO DE CONVOCAÇÃO Art. 26. A Assembleia Geral será convocada com a antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos e divulgada, em destaque, no sítio eletrônico da <i>Cooperativa</i> ou em repositório de acesso público irrestrito na rede mundial de computadores. Parágrafo único. Não havendo, no horário estabelecido para primeira convocação, quórum de instalação, a assembleia poderá realizar-se em segunda e terceira convocações, no mesmo dia da primeira, com o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

SEÇÃO III DO EDITAL Art. 27. O edital de convocação da Assembleia Geral deverá conter, no mínimo: I. a denominação social completa da <i>Cooperativa</i>, o CNPJ e o Número de Inscrição no Registro de Empresa (NIRE), seguida de indicação de que se trata de edital de convocação de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária; II. a forma como será realizada a Assembleia Geral; III. o dia e a hora da assembleia em cada convocação, observado o intervalo mínimo de uma hora entre cada convocação, assim como o endereço de realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;	convocação, desde que assim conste do respectivo edital. SEÇÃO III DO EDITAL Art. 27. O edital de convocação da Assembleia Geral deverá conter, no mínimo: I. a denominação social completa da <i>Cooperativa</i>, o CNPJ e o Número de Inscrição no Registro de Empresa (NIRE), seguida de indicação de que se trata de edital de convocação de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária; II. a forma como será realizada a Assembleia Geral; III. o dia e a hora da assembleia em cada convocação, observado o intervalo mínimo de uma hora entre cada convocação, assim como o endereço de realização, o qual, salvo motivo	
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

IV. a sequência numérica das convocações e o quórum de instalação; V. os assuntos que serão objeto de deliberação; VI. o modo de acesso aos meios de comunicação disponibilizados para participação dos associados, no caso de realização de Assembleia Geral a distância ou simultaneamente presencial e a distância; VII. os procedimentos para acesso ao sistema de votação, bem como o período para acolhimento dos votos; VIII. o local, a data, o nome, o cargo e a assinatura do responsável pela convocação, conforme o art. 25 deste Estatuto Social.	IV. a sequência numérica das convocações e o quórum de instalação; V. os assuntos que serão objeto de deliberação; VI. o modo de acesso aos meios de comunicação disponibilizados para participação dos associados, no caso de realização de Assembleia Geral a distância ou simultaneamente presencial e a distância; VII. os procedimentos para acesso ao sistema de votação, bem como o período para acolhimento dos votos; VIII. o local, a data, o nome, o cargo e a assinatura do responsável pela convocação, conforme o art. 25 deste Estatuto Social.	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

SEÇÃO IV DO QUÓRUM DE INSTALAÇÃO Art. 28. O quórum mínimo de instalação da Assembleia Geral, verificado pelas assinaturas lançadas no livro de presenças da assembleia, é o seguinte: I. 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação; II. metade mais 1 (um) do número de associados, em segunda convocação; III. 10 (dez) associados, em terceira e última convocação. SEÇÃO V DO FUNCIONAMENTO	Proposta de atualização obrigatória: Parágrafo único. No caso de a convocação ser feita por associados, o edital deve ser assinado, no mínimo, por 4 (quatro) dos signatários do documento por meio do qual foi requerida. SEÇÃO IV DO QUÓRUM DE INSTALAÇÃO Proposta de atualização obrigatória: Art. 28. O quórum mínimo de instalação da Assembleia Geral, verificado pelas assinaturas lançadas no livro de presenças da assembleia ou, ainda, pelo registro no sistema eletrônico/digital utilizado, desde que possa ser impresso, é o seguinte: I. 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação; II. metade mais 1 (um) do número de associados, em segunda convocação;	
---	--	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

Art. 29. Os trabalhos da Assembleia Geral serão ordinariamente dirigidos pelo presidente do Conselho de Administração. § 1º Na ausência do presidente do Conselho de Administração, assumirá a direção da Assembleia Geral o vice-presidente e, na ausência deste um dos membros do Conselho de Administração, que poderá nomear um secretário entre os demais membros deste Conselho ou um associado indicado pelos presentes na Assembleia. § 2º Quando a Assembleia Geral não for convocada pelo presidente do Conselho de Administração, os trabalhos serão dirigidos pelo primeiro signatário do edital de convocação e secretariados por associado escolhido na ocasião. § 3º Quando a Assembleia Geral for convocada pela Central Sicoob Norte, os trabalhos serão dirigidos pelo representante da Central Sicoob	III. 10 (dez) associados, em terceira e última convocação. SEÇÃO V DO FUNCIONAMENTO Art. 29. Os trabalhos da Assembleia Geral serão ordinariamente dirigidos pelo presidente do Conselho de Administração. § 1º Na ausência do presidente do Conselho de Administração, assumirá a direção da Assembleia Geral o vice-presidente e, na ausência deste um dos membros do Conselho de Administração, que poderá nomear um secretário entre os demais membros deste Conselho ou um associado indicado pelos presentes na Assembleia. § 2º Quando a Assembleia Geral não for convocada pelo presidente do Conselho de Administração, os trabalhos serão dirigidos pelo primeiro signatário do edital de convocação e	
--	---	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

Norte, e secretariados por convidado pelo primeiro. § 4º O presidente da Assembleia ou seu substituto poderá escolher empregado ou associado da <i>Cooperativa</i> para secretariar a Assembleia e lavrar a ata. SUBSEÇÃO I DA REPRESENTAÇÃO Art. 30. Cada associado será representado na Assembleia Geral da <i>Cooperativa</i> pela própria pessoa natural associada com direito a voto ou pela pessoa natural que seja representante legal da pessoa jurídica associada, com direito a votar. § 1º O representante da pessoa jurídica associada deverá comprovar sua qualidade de representante. § 2º A pessoa natural e a pessoa jurídica não poderão ser representadas por procurador. SUBSEÇÃO II	secretariados por associado escolhido na ocasião. § 3º Quando a Assembleia Geral for convocada pela Central Sicoob Norte, os trabalhos serão dirigidos pelo representante da Central Sicoob Norte e secretariados por convidado pelo primeiro. § 4º O presidente da Assembleia ou seu substituto poderá escolher empregado ou associado da <i>Cooperativa</i> para secretariar a Assembleia e lavrar a ata. SUBSEÇÃO I DA REPRESENTAÇÃO Art. 30. Cada associado será representado na Assembleia Geral da <i>Cooperativa</i> pela própria pessoa natural associada com direito a voto ou pela pessoa natural que seja representante legal da pessoa jurídica associada, com direito a votar.	
--	--	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

DO VOTO Art. 31. Em regra, a votação será aberta, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto. § 1º Os ocupantes de cargos estatutários, bem como quaisquer outros associados, não poderão votar nos assuntos em que tenham interesse direto ou indireto, entre os quais os relacionados à prestação de contas e à fixação de honorários, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates. § 2º As deliberações na Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito a votar, exceto quando se tratar dos assuntos de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária, enumerados no art. 35, quando serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes. SUBSEÇÃO III DA SESSÃO PERMANENTE	§ 1º O representante da pessoa jurídica associada deverá comprovar sua qualidade de representante. § 2º A pessoa natural e a pessoa jurídica não poderão ser representadas por procurador. SUBSEÇÃO II DO VOTO Art. 31. Em regra, a votação será aberta, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto. § 1º Os ocupantes de cargos estatutários, bem como quaisquer outros associados, não poderão votar nos assuntos em que tenham interesse direto ou indireto, entre os quais os relacionados à prestação de contas e à fixação de honorários, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates. § 2º As deliberações na Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos associados	
---	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

Art. 32. A Assembleia Geral poderá ficar em sessão permanente até a solução dos assuntos a deliberar, desde que: I. sejam determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão; II. conste da respectiva ata o quórum de instalação, verificado tanto na abertura quanto no reinício; III. seja respeitada a ordem do dia constante do edital. Parágrafo único. Para a continuidade da Assembleia Geral é obrigatória a publicação de novo edital de convocação, exceto se o lapso de tempo entre a suspensão e o reinício da reunião não possibilitar o cumprimento do prazo legal para essa publicação. SEÇÃO IV DAS DELIBERAÇÕES	presentes com direito a votar, exceto quando se tratar dos assuntos de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária, enumerados no art. 37, quando serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes. SUBSEÇÃO III DA SESSÃO PERMANENTE Art. 32. A Assembleia Geral poderá ficar em sessão permanente até a solução dos assuntos a deliberar, desde que: I. sejam determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão; II. conste da respectiva ata o quórum de instalação, verificado tanto na abertura quanto no reinício; III. seja respeitada a ordem do dia constante do edital. Parágrafo único. Para a continuidade da Assembleia Geral é obrigatória a publicação de	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

Art. 33. É de competência da Assembleia Geral deliberar, além do previsto nos arts. 34 e 35, sobre: I. aquisição, alienação, doação e/ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da <i>Cooperativa</i>, o que poderá ser delegado ao Conselho de Administração; II. a eleição e/ou a destituição de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal; III. a aprovação do regulamento eleitoral, da política de governança corporativa e das demais políticas de alçada da Assembleia Geral exigidas pela regulamentação em vigor; IV. julgamento de recurso de associado que não concordar com a eliminação, nos termos do art. 12, § 3º deste Estatuto Social;	novo edital de convocação, exceto se o lapso de tempo entre a suspensão e o reinício da reunião não possibilitar o cumprimento do prazo legal para essa publicação. SEÇÃO IV DAS DELIBERAÇÕES Art. 33. É de competência da Assembleia Geral deliberar, além do previsto nos arts. 36 e 37, sobre: I. aquisição, alienação, doação e/ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da <i>Cooperativa</i>, o que poderá ser delegado ao Conselho de Administração; II. a eleição e/ou a destituição de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal; III. a aprovação do regulamento eleitoral, da política de governança corporativa e	
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

V. filiação e demissão da <i>Cooperativa</i> à Central Sicoob Norte. CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Art. 34. A Assembleia Geral Ordinária será realizada, obrigatoriamente, uma vez por ano, no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses do exercício social, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da ordem do dia: I. prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço; c) relatório da auditoria independente;	das demais políticas de alçada da Assembleia Geral exigidas pela regulamentação em vigor; IV. julgamento de recurso de associado que não concordar com a eliminação, nos termos do art. 12, § 3º deste Estatuto Social; V. filiação e demissão da <i>Cooperativa</i> à Central Sicoob Norte. CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Art. 34. A Assembleia Geral Ordinária será realizada, obrigatoriamente, uma vez por ano, no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses do exercício social, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da ordem do dia: I. prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do	
--	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

d) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para a cobertura das despesas da <i>Cooperativa</i>; II. a destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou o rateio das perdas verificadas no exercício findo; III. estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas; IV. eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da <i>Cooperativa</i>, quando for o caso;	parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço; c) relatório da auditoria independente; d) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para a cobertura das despesas da <i>Cooperativa</i>; II. a destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou o rateio das perdas verificadas no exercício findo; III. estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas com base nas operações de cada associado realizadas	
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

V. quando prevista a alteração, fixação do valor das cédulas de presença, dos honorários ou das gratificações dos membros do Conselho Fiscal; VI. a cada início de mandato ou quando necessário, aprovação da política de remuneração dos ocupantes de cargos na Diretoria Executiva e no Conselho de Administração, prevendo o valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios; VII. quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no edital de convocação, excluídos os enumerados no art. 35 deste Estatuto Social. Parágrafo único. A realização da Assembleia Geral Ordinária deverá respeitar um período mínimo de 10 (dez) dias após a divulgação das demonstrações contábeis de encerramento do exercício.	ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas; IV. eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da <i>Cooperativa</i>, quando for o caso; V. quando prevista a alteração, fixação do valor das cédulas de presença, dos honorários ou das gratificações dos membros do Conselho Fiscal; VI. a cada início de mandato ou quando necessário, aprovação da política de remuneração dos ocupantes de cargos na Diretoria Executiva e no Conselho de Administração, prevendo o valor global para pagamento de remuneração; VII. quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no edital de convocação, excluídos os enumerados no art. 37 deste Estatuto Social.	
---	---	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

CAPÍTULO IV DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Art. 35. A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da <i>Cooperativa</i>, desde que mencionado em edital de convocação, tendo os seguintes assuntos de sua competência exclusiva: I. reforma do Estatuto Social; II. fusão, incorporação ou desmembramento; III. mudança do objeto social; IV. dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes; V. prestação de contas do liquidante. Parágrafo único. São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados, com direito a votar, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.	Parágrafo único. A realização da Assembleia Geral Ordinária deverá respeitar um período mínimo de 10 (dez) dias após a divulgação das demonstrações contábeis de encerramento do exercício. CAPÍTULO IV DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Art. 35. A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da <i>Cooperativa</i>, desde que mencionado em edital de convocação, tendo os seguintes assuntos de sua competência exclusiva: I. reforma do Estatuto Social; II. fusão, incorporação ou desmembramento; III. mudança do objeto social; IV. dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;	
---	--	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 36. As condições de ocupação e as questões relacionadas à inelegibilidade no tocante aos cargos estatutários da <i>Cooperativa</i> seguem o disposto na legislação e regulamentação em vigor, devendo ser observadas também as seguintes condições para a candidatura e ocupação e o exercício de cargo estatutário: I. ser pessoa natural; II. ser associado da <i>Cooperativa</i>, exceto no caso de diretor executivo, desde que a maioria dos diretores seja composta por pessoas associadas; III. não ser cônjuge ou companheiro(a), nem possuir parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou	V. prestação de contas do liquidante. Parágrafo único. São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, com direito a votar, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo. CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 36. As condições de ocupação e as questões relacionadas à inelegibilidade no tocante aos cargos estatutários da <i>Cooperativa</i> seguem o disposto na legislação e regulamentação em vigor, devendo ser observadas também as seguintes condições para a candidatura e ocupação e o exercício de cargo estatutário: Proposta de atualização obrigatória: I. ser pessoa natural e maior de 18 (dezoito) anos;	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

colateral, consanguíneos ou afins, com integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal (se aplicável) e da Diretoria Executiva; IV. não estar em exercício de cargo político, nos termos da legislação eleitoral e deste Estatuto Social; V. possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos relevantes previstos em regras sistêmicas, por intermédio de documentos e declaração firmada pela <i>Cooperativa</i>; VI. cumprir o Pacto de Ética do Sicoob; VII. não manter vínculo empregatício com qualquer entidade integrante do Sicoob, salvo no caso de suspensão do contrato de trabalho de empregado	II. ser associado da <i>Cooperativa</i>, exceto no caso de diretor executivo, desde que a maioria dos diretores seja composta por pessoas associadas; III. não ser cônjuge ou companheiro(a), nem possuir parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, com integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva; IV. não estar em exercício de cargo político, nos termos da legislação eleitoral e deste Estatuto Social; V. possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos relevantes previstos em regras sistêmicas, por intermédio	
--	--	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

que for eleito diretor na própria cooperativa; VIII. não manter vínculo empregatício ou societário com pessoa jurídica da qual o conselheiro de administração ou fiscal ou o diretor da <i>Cooperativa</i> seja administrador ou controlador; IX. para os cargos estatutários de administração, estar aderente à política de sucessão de administradores. § 1º Na hipótese de o membro do órgão estatutário ser indicado como candidato a cargo político eletivo, nos termos da legislação eleitoral, ele deverá apresentar pedido de afastamento (ausência temporária) das funções na <i>Cooperativa</i> em até 48h (quarenta e oito horas) após a data da solicitação do registro da candidatura na Justiça Eleitoral, sob pena de vacância do cargo na <i>Cooperativa</i>.	de documentos e declaração firmada pela <i>Cooperativa</i>; VI. cumprir o Pacto de Ética do Sicoob; VII. não manter vínculo empregatício com qualquer entidade integrante do Sicoob, salvo no caso de suspensão do contrato de trabalho de empregado que for eleito diretor na própria cooperativa; VIII. não manter vínculo empregatício ou societário com pessoa jurídica da qual conselheiro de administração ou fiscal ou diretor da <i>Cooperativa</i> seja administrador ou controlador; IX. para os cargos estatutários de administração, estar aderente à política de sucessão de administradores. § 1º Na hipótese de o membro do órgão estatutário ser indicado como candidato a cargo político eletivo, nos termos da legislação	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

§ 2º Para os fins do inciso III deste artigo, entende-se por cargo político: I. posto eletivo: aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por meio de processos eleitorais (Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Distrital e Federal, Senador, Governador e Presidente da República), conforme a legislação eleitoral vigente; II. <i>membro de executiva partidária</i>: pessoas que, filiadas a determinado Partido, são eleitas para ocupar cargos executivos no Partido, assumindo funções de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro ou cargos equivalentes, conforme a regulamentação própria do Partido; III. <i>posto nomeado, designado ou delegado</i>: agentes políticos investidos em seus cargos por nomeação,	eleitoral, ele deverá apresentar pedido de afastamento (ausência temporária) das funções na <i>Cooperativa</i> em até 48h (quarenta e oito horas) após a data da solicitação do registro da candidatura na Justiça Eleitoral, sob pena de vacância do cargo <i>na Cooperativa</i>. § 2º Para os fins do inciso IV deste artigo, entende-se por cargo político: I. <i>posto eletivo</i>: aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por meio de processos eleitorais (Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Distrital e Federal, Senador, Governador e Presidente da República), conforme a legislação eleitoral vigente; II. <i>membro de executiva partidária</i>: pessoas que, filiadas a determinado Partido, são eleitas para ocupar cargos executivos no Partido, assumindo funções de Presidente, Vice-Presidente,	
--	---	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

designação ou delegação (Ministros de Estado, Secretários Estaduais, Distritais e Municipais). § 3º Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse em até, no máximo, 10 (dez) dias, contados da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil, e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos. § 4º O processo eleitoral segue o disposto no Regulamento Eleitoral aprovado pela Assembleia Geral. SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO Art. 37. O Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral, é composto por, no mínimo, 5	Secretário e Tesoureiro ou cargos equivalentes, conforme a regulamentação própria do Partido; Proposta de atualização obrigatória: III. <i>posto nomeado, designado ou delegado:</i> agentes políticos investidos em seus cargos por nomeação, designação ou delegação (Ministros de Estado, Secretários Estaduais, Distritais e Municipais, dentre outros cargos políticos). § 3º Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse em até, no máximo, 10 (dez) dias, contados da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil, e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos. § 4º O processo eleitoral segue o disposto no Regulamento Eleitoral aprovado pela Assembleia Geral.	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

(cinco) e, no máximo 9 (nove) membros efetivos, vedada a constituição de membro suplente. Parágrafo único. Na Assembleia Geral em que houver a eleição do Conselho de Administração, deverão ser escolhidos, entre os membros eleitos, o presidente e o vice-presidente do Conselho de Administração. Art. 38. O mandato do Conselho de Administração é de 4 (quatro) anos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros. § 1º O mandato dos conselheiros de administração estender-se-á até a posse dos seus substitutos. § 2º O prazo máximo de mandatos consecutivos exercidos pelos membros do Conselho de Administração observará a regulamentação em vigor, respeitada a política sistêmica e/ou	SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO Art. 37. O Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral, é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo 9 (nove) membros efetivos, vedada a constituição de membro suplente. Parágrafo único. Na Assembleia Geral em que houver a eleição do Conselho de Administração, deverão ser escolhidos, entre os membros eleitos, o presidente e o vice-presidente, do Conselho de Administração. Art. 38. O mandato do Conselho de Administração é de 4 (quatro) anos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.	
---	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

interna da cooperativa sobre renovação de membros do Conselho. SUBSEÇÃO II DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Art. 39. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente, da maioria do Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal: I. as reuniões se realizarão com a presença mínima de metade mais um dos membros, considerando sempre o número inteiro imediatamente superior em caso de fração; II. as deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes;	§ 1º O mandato dos conselheiros de administração estender-se-á até a posse dos seus substitutos. § 2º O prazo máximo de mandatos consecutivos exercidos pelos membros do Conselho de Administração observará a regulamentação em vigor, respeitada a política sistêmica e/ou interna da cooperativa sobre renovação de membros do Conselho. SUBSEÇÃO II DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Art. 39. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente, da maioria do Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal:	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes serão consignados em atas. § 1º O presidente do Conselho de Administração votará com o fim único e exclusivo de desempatar a votação. § 2º Deve abster-se da discussão e votação o membro que tiver qualquer conflito de interesses em determinada deliberação. SUBSEÇÃO III DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DE CARGOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Art. 40. Para ausências, impedimentos e vacância de cargos do Conselho de Administração, a <i>Cooperativa</i> deve observar as seguintes disposições:	I. as reuniões se realizarão com a presença mínima de metade mais um dos membros, considerando sempre o número inteiro imediatamente superior em caso de fração; II. as deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes; III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes serão consignados em atas. § 1º O presidente do Conselho de Administração votará com o fim único e exclusivo de desempatar a votação. § 2º Deve abster-se da discussão e votação o membro que tiver qualquer conflito de interesses em determinada deliberação. SUBSEÇÃO III DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DE CARGOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

I. nas ausências ou nos impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o presidente do Conselho de Administração será substituído pelo vice-presidente; II. nas ausências ou nos impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias corridos ou na vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente, o Conselho de Administração designará substitutos escolhidos entre seus membros; III. constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro de administração:	Art. 40. Para ausências, impedimentos e vacância de cargos do Conselho de Administração, a <i>Cooperativa</i> deve observar as seguintes disposições: Proposta de atualização obrigatória: I. nas ausências de reuniões, nos termos do regimento interno, o presidente do Conselho de Administração será substituído pelo vice-presidente; II. nos impedimentos de exercício do mandato, de até 60 (sessenta) dias corridos, nos termos do regimento interno, o presidente do Conselho de Administração será substituído pelo vice-presidente; III. nos impedimentos de exercício do mandato pelo presidente e/ou pelo vice-presidente, superiores a 60 (sessenta) dias corridos, exceto no caso previsto no parágrafo 7º, será	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

a) morte ou incapacidade que impossibilite o conselheiro de exprimir sua vontade ou desempenhar suas atribuições; b) renúncia; c) destituição; d) não comparecimento, sem a devida justificativa, a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o exercício social; e) patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria <i>Cooperativa ou a Central</i>, salvo aquelas que visem o exercício do próprio mandato;	caracterizada vacância desses cargos e os ocupantes serão mantidos no cargo de conselheiro de administração, sendo que, neste caso, o Conselho de Administração designará substituto(s) escolhido(s) entre seus membros; IV. constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro de administração: a) morte ou incapacidade que impossibilite o conselheiro de exprimir sua vontade ou desempenhar suas atribuições, comprovada por meio de laudo médico; b) renúncia; c) destituição; d) não comparecimento, sem a devida justificativa, a 3 (três) reuniões ordinárias	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

f) desligamento do quadro de associados da <i>Cooperativa</i>; g) não apresentação de pedido de afastamento (ausência temporária) das funções na <i>Cooperativa</i> em até 48h (quarenta e oito horas) após a data da solicitação do registro da candidatura na Justiça Eleitoral; h) diplomação, eleição ou nomeação para cargo político nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 36 deste Estatuto Social; i) não solução, no prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, contados da comunicação da Central, de eventuais pendências de	consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o exercício social; e) patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria <i>Cooperativa</i> ou a <i>Central</i>, salvo aquelas que visem o exercício do próprio mandato; f) desligamento do quadro de associados da <i>Cooperativa</i>; Proposta de atualização obrigatória: g) não apresentação de pedido de afastamento (ausência temporária) das funções na <i>Cooperativa</i> em até 48h (quarenta e oito horas) após a data da solicitação do registro da candidatura na Justiça	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

caráter definitivo em seu nome, envolvendo protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas. Art. 40. Para ausências, impedimentos e vacância de cargos do Conselho de Administração, a Cooperativa deve observar as seguintes disposições:- I. nas ausências ou nos impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o presidente do Conselho de Administração será substituído pelo vice-presidente; II. nas ausências ou nos impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias corridos ou na vacância dos cargos de	Eleitoral, ou da publicação de sua nomeação para cargo público; h) diplomação, eleição ou nomeação para cargo político nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 38 deste Estatuto Social; Proposta de atualização obrigatória: i) não solução, no prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, contados da comunicação da Cooperativa e/ou da Central, de eventuais pendências de caráter definitivo em seu nome, envolvendo protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de	
--	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

presidente e de vice-presidente, o Conselho de Administração designará substitutos escolhidos entre seus membros; III. constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro de administração:- a) morte ou incapacidade que impossibilite o conselheiro de exprimir sua vontade ou desempenhar suas atribuições; b) renúncia; c) destituição; d) não comparecimento, sem a devida justificativa, a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o exercício social;	obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas.	
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

e) — patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria Cooperativa ou a Central, salvo aquelas que visem o exercício do próprio mandato;— f) — desligamento do quadro de associados da Cooperativa;— g) — não apresentação de pedido de afastamento (ausência temporária) das funções na Cooperativa em até 48h (quarenta e oito horas) após a data da solicitação do registro da candidatura na Justiça Eleitoral;— h) — diplomação, eleição ou nomeação para cargo político nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 36 deste Estatuto Social;—		
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

i) não solução, no prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, contados da comunicação da Central, de eventuais pendências de caráter definitivo em seu nome, envolvendo protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas. § 1º Para que não haja vacância automática do cargo eletivo em caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas, registradas em ata e aceitas pelos demais membros do Conselho de Administração.		
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

§ 2º Ficando vagos, por qualquer tempo, metade ou mais dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência, Assembleia Geral para o preenchimento dos cargos vagos. § 3º Nos termos do parágrafo anterior, até que sejam preenchidos os cargos vagos, o quórum para a instalação das reuniões será metade mais um dos membros em exercício. § 4º Os substitutos exercerão os cargos somente até o fim do mandato dos substituídos. § 5º A análise quanto ao caráter definitivo ou não da pendência de que trata a alínea h do inciso III do caput deste artigo cabe à Central, a partir das informações e evidências apresentadas pelo envolvido.	§ 1º Para que não haja vacância automática do cargo eletivo em caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas, registradas em ata e aceitas pelos demais membros do Conselho de Administração. § 2º Ficando vagos, por qualquer tempo, metade ou mais dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência,	
--	--	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

SUBSEÇÃO V	Assembleia Geral para o preenchimento dos cargos vagos. § 3º Nos termos do parágrafo anterior, até que sejam preenchidos os cargos vagos, o quórum para a instalação das reuniões será metade mais um dos membros em exercício. § 4º Os substitutos exercerão os cargos somente até o fim do mandato dos substituídos. § 5º A análise quanto ao caráter definitivo ou não da pendência de que trata a alínea <i>i</i> do inciso IV do <i>caput</i> deste artigo cabe à Central, a partir das informações e evidências apresentadas pelo envolvido. Dispositivos facultativos § 6º Nas hipóteses da substituição descritas nos incisos I e II deste artigo, o substituto não fará jus à remuneração do presidente, que terá mantida a sua remuneração. (Parágrafo facultativo)	
-------------------	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Art. 41. Compete ao Conselho de Administração, nos limites legais e deste Estatuto Social, atendidas as decisões da Assembleia Geral: I. fixar a orientação geral e estratégica, assim como os objetivos da <i>Cooperativa</i>, acompanhando e avaliando mensalmente a sua execução, o desenvolvimento das operações e atividades em geral, e o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i>; II. eleger, reconduzir ou destituir, a qualquer tempo e por maioria simples, os diretores executivos e os membros do Comitê de Auditoria e de outros comitês técnicos exigidos pela legislação e regulamentação vigentes, bem como fixar suas atribuições e sua	§ 7º A conselheira gestante, adotante ou que obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, poderá afastar-se por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, contados da data do parto, da adoção ou da obtenção da guarda. (Parágrafo facultativo – em decorrência até mesmo de sugestão do BCB, e considerando a Política de Diversidade e Inclusão do Sicoob, recomendamos contemplar o dispositivo) SUBSEÇÃO IV DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Art. 41. Compete ao Conselho de Administração, nos limites legais e deste Estatuto Social, atendidas as decisões da Assembleia Geral: I. fixar a orientação geral e estratégica, assim como os objetivos da <i>Cooperativa</i>, acompanhando e avaliando mensalmente a sua	
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

remuneração, limitada ao valor global definido pela Assembleia Geral e conforme a política de remuneração vigente; III. fiscalizar a gestão dos diretores executivos, bem como conferir-lhes atribuições específicas e de caráter eventual não previstas neste Estatuto Social; IV. aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; V. propor à Assembleia Geral quaisquer assuntos para deliberação; VI. deliberar sobre alocação e aplicação dos recursos do Fundo de Assistência	execução, o desenvolvimento das operações e atividades em geral, e o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i>; II. eleger, reconduzir ou destituir, a qualquer tempo e por maioria simples, os diretores executivos, bem como fixar suas atribuições e, quando delegado pela Assembleia Geral, sua remuneração, incluídos os benefícios, limitada ao valor global definido pela Assembleia Geral e conforme a política de remuneração vigente; Proposta de atualização obrigatória III. eleger, reconduzir ou destituir, a qualquer tempo e por maioria simples, os membros dos comitês técnicos exigidos pela legislação e	
---	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

Técnica, Educacional e Social (Fates), podendo a aplicação ser delegada à Diretoria Executiva; VII. analisar e submeter à Assembleia Geral proposta sobre a criação de outros fundos; VIII. deliberar sobre a criação de comitês consultivos subordinados ao Conselho de Administração; IX. propor à Assembleia Geral a participação da <i>Cooperativa</i> no capital de instituições não cooperativas; X. aprovar a subscrição de capital no Banco Sicoob ou em outras entidades do Centro Cooperativo Sicoob (CCS); XI. manifestar-se sobre o relatório da administração e a prestação de contas da Diretoria Executiva;	regulamentação vigentes, bem como fixar suas atribuições. IV. fiscalizar a gestão dos diretores executivos, bem como conferir-lhes atribuições específicas e de caráter eventual não previstas neste Estatuto Social; V. aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; VI. propor à Assembleia Geral quaisquer assuntos para deliberação; VII. deliberar sobre alocação e aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), podendo a aplicação ser delegada à Diretoria Executiva; VIII. analisar e submeter à Assembleia Geral proposta sobre a criação de outros fundos;	
---	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

XII. deliberar sobre a eliminação de associados, podendo aplicar, por escrito, advertência prévia; XIII. deliberar sobre a forma e o prazo de resgate das quotas-partes de associados; XIV. escolher e destituir os auditores independentes, na forma da regulamentação em vigor; XV. acompanhar e determinar providências para saneamento dos apontamentos das áreas de Auditoria, Supervisão e Controles Internos, bem como acompanhar e apurar irregularidades praticadas no âmbito da <i>Cooperativa</i>, especialmente as que forem encaminhadas pelo Conselho Fiscal e pela Auditoria, e determinar medidas	IX. deliberar sobre a criação de comitês consultivos subordinados ao Conselho de Administração; X. propor à Assembleia Geral a participação da <i>Cooperativa</i> no capital de instituições não cooperativas; XI. aprovar a subscrição de capital no Banco Sicoob ou em outras entidades do Centro Cooperativo Sicoob (CCS); XII. manifestar-se sobre o relatório da administração e a prestação de contas da Diretoria Executiva; XIII. deliberar sobre a eliminação de associados, podendo aplicar, por escrito, advertência prévia; Proposta de atualização obrigatória: XIV. deliberar sobre os critérios para devolução do capital social, nos casos	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

visando as apurações e as providências cabíveis; XVI. garantir que as operações de crédito e garantias concedidas aos membros de órgãos estatutários, bem como a pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros, possam observar procedimentos de aprovação e controle idênticos aos dispensados às demais operações de crédito; XVII. acompanhar e adotar medidas para a eficácia da cogestão, quando adotada,	XV. de resgate ordinário, de conformidade com o art. 20, inciso II, deste Estatuto; deliberar sobre a forma e o prazo de resgate eventual das quotas-partes de associados XVI. acompanhar e determinar providências para saneamento dos apontamentos das áreas de Auditoria, Supervisão e Controles Internos, bem como acompanhar e apurar irregularidades praticadas no âmbito da <i>Cooperativa</i>, especialmente as que forem encaminhadas pelo Conselho Fiscal e pela Auditoria, e determinar medidas visando as apurações e as providências cabíveis; XVII. garantir que as operações de crédito e garantias concedidas aos membros de órgãos estatutários, bem como a pessoas físicas e jurídicas que	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

nos termos do convênio firmado entre a <i>Cooperativa</i> e a Central Sicoob Norte; XVIII. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não de uso próprio, o que poderá ser delegado à Diretoria Executiva; XIX. deliberar sobre abertura e fechamento de Postos de Atendimento (PAs) e Unidades Administrativas Desmembradas (UADs); XX. deliberar sobre abertura e fechamento de Postos de Atendimento (PAs) e Unidades Administrativas Desmembradas (UADs); XXI. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da Cooperativa, exceto a sua sede, quando delegado pela Assembleia Geral;	mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros, possam observar procedimentos de aprovação e controle idênticos aos dispensados às demais operações de crédito; Dispositivos facultativos: XVIII. deliberar sobre as regras e os critérios de exceção ligados à concessão de operações de crédito, de forma a gerir possíveis conflitos de interesses e resguardar os interesses da <i>Cooperativa</i>. XIX. acompanhar e adotar medidas para a eficácia da cogestão, quando adotada, nos termos do convênio firmado entre a <i>Cooperativa</i> e a Central Sicoob Norte; XX. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não	
---	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

Art. 42. Compete ao presidente do Conselho de Administração: I. representar a Cooperativa, com direito a voto, nas reuniões e nas Assembleias Gerais da Central Sicoob Norte, do Banco Sicoob, do Sistema OCB e de outras entidades de representação do cooperativismo; II. convocar e presidir a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração; III. decidir, ad referendum do Conselho de Administração, sobre matéria urgente e inadiável, submetendo a decisão à deliberação do colegiado, na primeira reunião subsequente ao ato; IV. designar responsável para organizar, secretariar e administrar as reuniões do Conselho de Administração;	de uso próprio, o que poderá ser delegado à Diretoria Executiva; XXI. deliberar sobre abertura e fechamento de Postos de Atendimento (PAs) e Unidades Administrativas Desmembradas (UADs); XXII. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da <i>Cooperativa</i>, exceto a sua sede, quando delegado pela Assembleia Geral; Art. 42. Compete ao presidente do Conselho de Administração: I. representar a <i>Cooperativa</i>, com direito a voto, nas reuniões e nas Assembleias	
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

V. aplicar as advertências estipuladas pelo Conselho de Administração; VI. tomar votos e votar, com a finalidade do desempate, nas deliberações do Conselho de Administração. § 1º Na impossibilidade de representação pelo vice-presidente, o presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar a membro da Diretoria Executiva, a representação prevista no inciso I. § 2º É atribuição do vice-presidente do Conselho de Administração substituir o presidente e exercer as respectivas competências. § 3º O presidente poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar competências ao vice-presidente. SEÇÃO III	Gerais da Central Sicoob Norte, do Banco Sicoob, do Sistema OCB e de outras entidades de representação do cooperativismo; II. convocar e presidir a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração; III. decidir, <i>ad referendum</i> do Conselho de Administração, sobre matéria urgente e inadiável, submetendo a decisão à deliberação do colegiado, na primeira reunião subsequente ao ato; IV. designar responsável para organizar, secretariar e administrar as reuniões do Conselho de Administração; V. aplicar as advertências estipuladas pelo Conselho de Administração; VI. tomar votos e votar, com a finalidade do desempate, nas deliberações do Conselho de Administração.	
---	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

DA DIRETORIA EXECUTIVA SUBSEÇÃO I DA SUBORDINAÇÃO, DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO Art. 43. A Diretoria Executiva, órgão subordinado ao Conselho de Administração, é composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 3 (três) diretores, que poderão ser associados ou não, desde que a maioria dos diretores seja composta de pessoas naturais associadas, sendo um Diretor de Negócios, um Diretor de Riscos e Controle e um Diretor sem designação específica. §1º É vedado o exercício simultâneo de cargos no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva. §2º As competências dos Diretores sem designação específica, de acordo com a necessidade organizacional, serão deliberadas por maioria absoluta do Conselho de	§ 1º Na impossibilidade de representação pelo vice-presidente, o presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar a membro da Diretoria Executiva, a representação prevista no inciso I. § 2º É atribuição do vice-presidente do Conselho de Administração substituir o presidente e exercer as respectivas competências. § 3º O presidente poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar competências ao vice-presidente. SEÇÃO III DA DIRETORIA EXECUTIVA SUBSEÇÃO I DA SUBORDINAÇÃO, DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO	
--	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

Administração, dentre as previstas no artigo 46 deste Estatuto Social, no momento da eleição. Art. 44. O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 4 (quatro) anos podendo haver recondução, a critério do Conselho de Administração. Parágrafo único. O mandato dos diretores executivos estender-se-á até a posse dos seus substitutos. SUBSEÇÃO II DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA Art. 45. Para ausências e impedimentos de cargos da Diretoria Executiva, a <i>Cooperativa</i> deve observar as seguintes disposições: I. nas ausências ou nos impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Diretor de Riscos e Controle será substituído, nesta ordem,	Art. 43. A Diretoria Executiva, órgão subordinado ao Conselho de Administração, é composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 3 (três) diretores, que poderão ser associados ou não, desde que a maioria dos diretores seja composta de pessoas naturais associadas, sendo Negócios, um Diretor de Riscos e Controle e um Diretor sem designação específica. Parágrafo único. É vedado o exercício simultâneo de cargos no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva. Art. 44. O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 4 (quatro) anos	
--	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

pelo Diretor de Negócios, o qual continuará respondendo pela sua área, acumulando ambos os cargos; II. nas ausências ou nos impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias ou com período incerto ou em caso de vacância, o Conselho de Administração elegerá o substituto, no prazo de até 90 (noventa) dias da data da ocorrência. § 1º A diretora gestante, adotante ou que obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, poderá se afastar por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sendo, neste caso, substituída por outro diretor, nos termos deste Estatuto Social. O diretor substituto continuará respondendo pela sua área, havendo, nesse caso, acumulação de cargos, cabendo-lhe dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.	podendo haver recondução, a critério do Conselho de Administração. Parágrafo único. O mandato dos diretores executivos estender-se-á até a posse dos seus substitutos. SUBSEÇÃO II DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA Art. 45. Para ausências e impedimentos de cargos da Diretoria Executiva, a <i>Cooperativa</i> deve observar as seguintes disposições: I. nas ausências ou nos impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Diretor de Riscos e Controle será substituído, nesta ordem, pelo Diretor de Negócios, o qual continuará respondendo pela sua área, acumulando ambos os cargos; II. nas ausências ou nos impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias ou com	
---	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

§ 2º O disposto no § 1º anterior aplica-se também ao diretor adotante unilateral. § 3º Naquilo que couber, aplicam-se aos diretores executivos as hipóteses de vacância automática previstas no inciso III do art. 41 deste Estatuto Social. SUBSEÇÃO III DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA EXECUTIVA Art. 46. São competências da Diretoria Executiva e de seus respectivos diretores executivos, conforme os incisos a seguir: I. Diretoria Executiva:	período incerto ou em caso de vacância, o Conselho de Administração elegerá o substituto, no prazo de até 90 (noventa) dias da data da ocorrência. Proposta de atualização obrigatória § 1º A diretora gestante, adotante ou que obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, poderá afastar-se por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, contados da data do parto, da adoção ou da obtenção da guarda, sendo, neste caso, substituída por outro diretor, nos termos deste Estatuto Social. O diretor substituto continuará respondendo pela sua área, havendo, nesse caso, acumulação de cargos, cabendo-lhe dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados. § 2º O disposto no § 1º aplica-se também ao diretor adotante unilateral.	
---	--	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

a) adotar medidas para o cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como garantir a implementação de medidas que mitiguem os riscos inerentes à atividade da <i>Cooperativa</i>; b) supervisionar as atividades relacionadas a riscos, com o apoio do gerenciamento centralizado realizado pelo Sicoob Confederação; c) elaborar orçamentos para a deliberação do Conselho de Administração, bem como mantê-lo informado por meio de relatórios mensais sobre o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i> e o	§ 3º Naquilo que couber, aplicam-se aos diretores executivos as hipóteses de vacância automática previstas no inciso III do art. 43 deste Estatuto Social. Dispositivo facultativo § 4º Nas hipóteses de substituições temporárias descritas neste artigo, o substituto não fará jus à remuneração do Diretor substituído, que manterá a sua remuneração. (parágrafo facultativo) SUBSEÇÃO III DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA EXECUTIVA Art. 46. São competências da Diretoria Executiva e de seus respectivos diretores executivos, conforme os incisos a seguir: I. Diretoria Executiva: a) adotar medidas para o cumprimento das diretrizes	
--	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

desenvolvimento das operações e atividades em geral; d) deliberar sobre a contratação de empregados e fixar atribuições, alçadas e salários, bem como contratar prestadores de serviços; e) avaliar a atuação dos empregados, adotando as medidas apropriadas, e propor ao Conselho de Administração qualquer assunto relacionado ao plano de cargos e salários, e à estrutura organizacional da <i>Cooperativa</i>; f) aprovar e divulgar normativos operacionais internos da <i>Cooperativa</i>;	fixadas pelo Conselho de Administração, bem como garantir a implementação de medidas que mitiguem os riscos inerentes à atividade da <i>Cooperativa</i>; b) supervisionar as atividades relacionadas a riscos, com o apoio do gerenciamento centralizado realizado pelo Sicoob Confederação; c) elaborar orçamentos para a deliberação do Conselho de Administração, bem como mantê-lo informado por meio de relatórios mensais sobre o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i> e o desenvolvimento das	
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

g) adotar medidas para o cumprimento das diretrizes fixadas no Planejamento Estratégico e para o saneamento dos apontamentos da Central Sicoob Norte e das áreas de Auditoria, Supervisão e Controles Internos; h) deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não de uso próprio, quando delegado pelo Conselho de Administração; i) outorgar mandatos a empregado da <i>Cooperativa</i> ou a advogado, estabelecendo poderes específicos, extensão	operações e atividades em geral; d) deliberar sobre a contratação de empregados e fixar atribuições, alçadas e salários, bem como contratar prestadores de serviços; e) avaliar a atuação dos empregados, adotando as medidas apropriadas, e propor ao Conselho de Administração qualquer assunto relacionado ao plano de cargos e salários, e à estrutura organizacional da <i>Cooperativa</i>; f) aprovar e divulgar normativos operacionais internos da <i>Cooperativa</i>; g) adotar medidas para o cumprimento das diretrizes	
---	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

e validade do mandato, quando for o caso. II. Diretor de Riscos e Controle, o principal diretor executivo da <i>Cooperativa</i>: a) representar a <i>Cooperativa</i> passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, salvo a representação prevista no art. 43, I, deste Estatuto Social; b) abrir, movimentar, encerrar contas bancárias e realizar pagamentos da <i>Cooperativa</i>, de forma isolada ou em conjunto com outro Diretor Executivo; c) conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da <i>Cooperativa</i>;	fixadas no Planejamento Estratégico e para o saneamento dos apontamentos da Central Sicoob, e das áreas de Auditoria, Supervisão e Controles Internos; h) deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não de uso próprio, quando delegado pelo Conselho de Administração; Proposta de atualização obrigatória i) outorgar mandatos a empregado da <i>Cooperativa</i>, da <i>Central</i>, de outras entidades do <i>Sicoob</i> ou a advogado,	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

d) coordenar, com os demais diretores, as atribuições da Diretoria Executiva, visando a eficiência e transparência no cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração; e) supervisionar as operações e as atividades e verificar, tempestivamente, o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i>; f) convocar e coordenar as reuniões da Diretoria Executiva; g) auxiliar o presidente do Conselho de Administração nos trabalhos relativos à Assembleia Geral;	estabelecendo poderes específicos, extensão e validade do mandato, quando for o caso; II. diretor de riscos e controles, o principal diretor executivo da <i>Cooperativa</i>: a) representar a <i>Cooperativa</i> passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, salvo a representação prevista no art. 44, I, deste Estatuto Social; b) abrir, movimentar, encerrar contas bancárias e realizar pagamentos da <i>Cooperativa</i>, de forma isolada ou em conjunto com outro Diretor Executivo; c) conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da <i>Cooperativa</i>;	
---	---	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

III. Diretor de Negócios: h) cumprir com as atribuições definidas em regimento interno; a) assessorar o diretor Riscos e Controle em assuntos de sua área; b) substituir o diretor de Riscos e Controle; c) executar as atividades operacionais no que tange à concessão de empréstimos, à oferta de serviços e a movimentação de capital; d) acompanhar as operações em curso anormal, adotando as medidas e os controles necessários para regularização;	d) coordenar, com os demais diretores, as atribuições da Diretoria Executiva, visando a eficiência e transparência no cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração; e) supervisionar as operações e as atividades e verificar, tempestivamente, o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i>; f) convocar e coordenar as reuniões da Diretoria Executiva; g) auxiliar o presidente do Conselho de Administração nos trabalhos relativos à Assembleia Geral;	
--	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

e) elaborar as análises mensais sobre a evolução das operações, a serem apresentadas ao Conselho de Administração; f) assessorar o diretor de Riscos e Controle em assuntos da sua área; g) orientar, acompanhar e avaliar a atuação dos empregados de sua área; h) resolver os casos omissos, em conjunto com o diretor de Riscos e Controle; i) averbar no Livro ou Ficha de Matrícula a subscrição, realização ou resgate de quota-parte, bem como as transferências realizadas entre associados; e	h) cumprir com as atribuições definidas em regimento interno; III. diretor de negócios: a) assessorar o diretor de Riscos e Controle nos assuntos a ele competentes; b) substituir o diretor de Riscos e Controle; c) executar as atividades operacionais no que tange à concessão de empréstimos, à oferta de serviços e a movimentação de capital; d) acompanhar as operações em curso anormal, adotando as medidas e os controles necessários para regularização;	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

j) executar outras atividades não previstas neste Estatuto Social, determinadas pelo Conselho de Administração e (ou) pela Assembleia Geral. § 1º As atribuições designadas a cada diretor executivo, por meio do regimento interno, observarão as normas vigentes de segregação obrigatória de funções por área de atuação, nos termos dos normativos regulamentares vigentes, inclusive sistêmicos. § 2º A outorga de mandato a empregado ou a prestador de serviço da cooperativa deverá ser realizada, conjuntamente, por 2 (dois) Diretores, ressalvada a outorga de mandato a advogado(a), que poderá ser realizada por apenas 1 (um) Diretor. SUBSEÇÃO IV DA OUTORGA DE MANDATO	e) elaborar as análises mensais sobre a evolução das operações, a serem apresentadas ao Conselho de Administração; f) assessorar o diretor de Riscos e Controle em assuntos da sua área; g) orientar, acompanhar e avaliar a atuação dos empregados de sua área; h) resolver os casos omissos, em conjunto com o diretor de Riscos e Controle; i) averbar no Livro ou Ficha de Matrícula a subscrição, realização ou resgate de quota-parte, bem como as transferências realizadas entre associados; e	
--	---	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

Art. 47. O mandato outorgado pelos diretores a empregado da <i>Cooperativa</i>: I. não poderá ter prazo de validade superior ao da gestão dos outorgantes, salvo o mandato <i>ad judicia</i>; II. deverá especificar e limitar os poderes outorgados; III. deverá constar que o empregado da <i>Cooperativa</i> sempre assine em conjunto com um diretor. Art. 48. Quaisquer documentos constitutivos de obrigação da <i>Cooperativa</i> deverão ser assinados por 2 (dois) diretores executivos. Parágrafo único. Em caso de vacância ou ausência que impossibilite a assinatura por 2 (dois) diretores, os atos descritos no <i>caput</i> deste artigo poderão ser praticados por apenas 1 (um) diretor até a posse do diretor substituto ou	j) executar outras atividades não previstas neste Estatuto Social, determinadas pelo Conselho de Administração e (ou) pela Assembleia Geral. § 1º As atribuições designadas a cada diretor executivo, por meio do regimento interno, observarão as normas vigentes de segregação obrigatória de funções por área de atuação, nos termos dos normativos regulamentares vigentes, inclusive sistêmicos. § 2º A outorga de mandato a empregado ou a prestador de serviço da cooperativa deverá ser realizada, conjuntamente, por 2 (dois) Diretores, ressalvada a outorga de mandato a advogado(a), que poderá ser realizada por apenas 1 (um) Diretor. SUBSEÇÃO IV DA OUTORGA DE MANDATO	
---	---	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

retorno do ausente, cabendo ao diretor remanescente dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados. SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO Art. 49. A administração da <i>Cooperativa</i> será fiscalizada por Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 1 (um) membro suplente, todos associados, eleitos a cada 3 (três) anos pela Assembleia Geral. § 1º A cada eleição deve haver a renovação de, pelo menos, 1 (um) membro efetivo. § 2º O mandato dos conselheiros fiscais estender-se-á até a posse dos seus substitutos. SUBSEÇÃO II DA VACÂNCIA DO CARGO DE CONSELHEIRO FISCAL	Art. 47. O mandato outorgado pelos diretores a empregado da <i>Cooperativa</i>: I. não poderá ter prazo de vigência superior ao do mandato dos outorgantes, salvo o mandato <i>ad judícia</i>; II. deverá especificar e limitar os poderes outorgados; III. deverá constar que o empregado da <i>Cooperativa</i> sempre assine em conjunto com um diretor. Art. 48. Quaisquer documentos constitutivos de obrigação da <i>Cooperativa</i> deverão ser assinados por 2 (dois) diretores executivos. Parágrafo único. Em caso de vacância ou ausência que impossibilite a assinatura por 2 (dois) diretores, os atos descritos no <i>caput</i> deste artigo poderão ser praticados por apenas 1 (um) diretor até a posse do diretor substituto ou	
--	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

Art. 50. Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro fiscal as mesmas hipóteses elencadas no inciso III do art. 41 deste Estatuto Social. § 1º Para que não haja vacância automática do cargo em caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas, registradas em ata e aceitas pelos demais membros do Conselho Fiscal. § 2º Em caso de vacância, será efetivado o membro suplente. § 3º Ocorrendo 1 (uma) ou mais vacâncias no Conselho Fiscal, o presidente do Conselho de Administração convocará Assembleia Geral para o preenchimento dessa(s) vaga(s), no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de constatação do fato.	retorno do ausente, cabendo ao diretor remanescente dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados. SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO Art. 49. A administração da <i>Cooperativa</i> será fiscalizada por Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 1 (um) membro suplente, todos associados, eleitos a cada 3 (três) anos pela Assembleia Geral. § 1º A cada eleição deve haver a renovação de, pelo menos, 1 (um) membro efetivo. § 2º O mandato dos conselheiros fiscais estender-se-á até a posse dos seus substitutos. SUBSEÇÃO II DA VACÂNCIA DO CARGO DE CONSELHEIRO FISCAL	
--	--	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

SUBSEÇÃO III DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL Art. 51. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes, observando-se em ambos os casos as seguintes normas: I. as reuniões realizar-se-ão sempre com a presença de 3 (três) membros; II. as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes;	Art. 50. Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro fiscal as mesmas hipóteses elencadas no inciso III do art. 43 deste Estatuto Social. § 1º Para que não haja vacância automática do cargo em caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas, registradas em ata e aceitas pelos demais membros do Conselho Fiscal. § 2º Em caso de vacância, será efetivado o membro suplente. § 3º Ocorrendo 1 (uma) ou mais vacâncias no Conselho Fiscal, o presidente do Conselho de Administração convocará Assembleia Geral para o preenchimento dessa(s) vaga(s), no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de constatação do fato. Proposta de atualização obrigatória	
--	--	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes constarão de ata. § 1º Na primeira reunião, os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si 1 (um) coordenador para convocar e dirigir os trabalhos das reuniões e 1 (um) secretário para lavrar as atas. § 2º As reuniões poderão ser convocadas por qualquer um de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral. § 3º O membro suplente poderá participar das reuniões e das discussões dos membros efetivos, sem direito a voto, exceto se comparecer, por convocação, para substituir membro efetivo. SUBSEÇÃO IV DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL Art. 52. Compete ao Conselho Fiscal:	§ 4º A conselheira gestante, adotante ou que obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, poderá afastar-se por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, contados da data do parto, da adoção ou da obtenção da guarda. (Parágrafo facultativo – em decorrência até mesmo de sugestão do BCB, e considerando a Política de Diversidade e Inclusão do Sicoob, recomendamos contemplar o dispositivo) SUBSEÇÃO III DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL Art. 51. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes, observando-se em ambos os casos as seguintes normas: I. as reuniões realizar-se-ão sempre com a presença de 3 (três) membros;	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

I. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; II. opinar sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à incorporação, à fusão ou ao desmembramento da Cooperativa; III. analisar as demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela Cooperativa; IV. opinar sobre a regularidade das contas da administração e as demonstrações contábeis do exercício social, elaborando o respectivo parecer, que conterà, se for o caso, os votos dissidentes; V. convocar os auditores internos e os auditores cooperativos ou	II. as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes; III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes constarão de ata. § 1º Na primeira reunião, os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si 1 (um) coordenador para convocar e dirigir os trabalhos das reuniões e 1 (um) secretário para lavrar as atas. § 2º As reuniões poderão ser convocadas por qualquer um de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral. § 3º O membro suplente poderá participar das reuniões e das discussões dos membros efetivos, sem direito a voto, exceto se comparecer, por convocação, para substituir membro efetivo. SUBSEÇÃO IV DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL	
---	---	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

independentes, conforme o caso, sempre que for preciso, para prestar informações necessárias ao desempenho de suas funções; VI. convocar Assembleia Geral Extraordinária nas circunstâncias previstas neste Estatuto Social; VII. comunicar, por meio de qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, à Assembleia Geral e ao Banco Central do Brasil, os erros materiais, fraudes ou crimes de que tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer-lhes informação ou documento; VIII. aprovar o próprio Regimento Interno. Parágrafo único. No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá valer-se de informações constantes no relatório da Auditoria Interna, da Auditoria Independente,	Art. 52. Compete ao Conselho Fiscal: I. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; II. opinar sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à incorporação, à fusão ou ao desmembramento da <i>Cooperativa</i>; III. analisar as demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela <i>Cooperativa</i>; IV. opinar sobre a regularidade das contas da administração e as demonstrações contábeis do exercício social, elaborando o respectivo parecer, que conterá, se for o caso, os votos dissidentes;	
---	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

do Controles Internos, dos diretores ou dos empregados da Cooperativa, ou da assistência de técnicos externos, às expensas da Cooperativa, quando a importância ou a complexidade dos assuntos exigirem.	V. convocar os auditores internos e os auditores cooperativos ou independentes, conforme o caso, sempre que for preciso, para prestar informações necessárias ao desempenho de suas funções;	
TÍTULO VI DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO	VI. convocar Assembleia Geral Extraordinária nas circunstâncias previstas neste Estatuto Social;	
Art. 53. Além de outras hipóteses previstas em lei, a Cooperativa dissolve-se de pleno direito:	VII. comunicar, por meio de qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, à Assembleia Geral e ao Banco Central do Brasil, os erros materiais, fraudes ou crimes de que tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer-lhes informação ou documento;	
I. quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que 20 (vinte) associados, no mínimo, não se disponham a assegurar a sua continuidade; II. pela alteração de sua forma jurídica; III. pela redução do número de associados, para menos de 20 (vinte), ou de seu capital social mínimo se, até a Assembleia Geral subsequente,	VIII. aprovar o próprio Regimento Interno. Parágrafo único. No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá valer-se de	



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

realizável em prazo não inferior a 6 (seis) meses, não forem restabelecidos; IV. pelo cancelamento da autorização para funcionar; V. pela paralisação de suas atividades normais por mais de 120 (cento e vinte) dias. Art. 54. A liquidação da Cooperativa obedece a normas legais e regulamentares próprias. TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Art. 55. As reuniões dos órgãos de administração e fiscalização (se aplicável), as Assembleias Gerais e demais reuniões da Cooperativa, poderão ser realizadas de forma semipresencial ou digital, obedecidos os ritos e procedimentos dispostos neste Estatuto Social e na legislação e regulamentação em vigor. Art. 56. Os documentos necessários à associação e ao relacionamento dos associados com a	informações constantes no relatório da Auditoria Interna, da Auditoria Independente, do Controles Internos, dos diretores ou dos empregados da <i>Cooperativa</i>, ou da assistência de técnicos externos, às expensas da <i>Cooperativa</i>, quando a importância ou a complexidade dos assuntos exigirem. TÍTULO VI DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO Art. 53. Além de outras hipóteses previstas em lei, a <i>Cooperativa</i> dissolve-se de pleno direito: I. quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que 20 (vinte) associados, no mínimo, não se disponham a assegurar a sua continuidade; II. pela alteração de sua forma jurídica; III. pela redução do número de associados, para menos de 20 (vinte), ou de seu capital social mínimo se, até a Assembleia Geral subsequente,	
--	---	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

Cooperativa poderão ser digitais; ou físicos, que, em caso de digitalização, terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, sendo suficientes para comprovação de autoria e integridade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor. Art. 57. Os prazos previstos neste Estatuto Social serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.	realizável em prazo não inferior a 6 (seis) meses, não forem restabelecidos; pelo cancelamento da autorização para funcionar; IV. V. pela paralisação de suas atividades normais por mais de 120 (cento e vinte) dias. Art. 54. A liquidação da <i>Cooperativa</i> obedece a normas legais e regulamentares próprias. TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Art. 55. As reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, as Assembleias Gerais e demais reuniões da <i>Cooperativa</i>, poderão ser realizadas de forma semipresencial ou digital, obedecidos os ritos e procedimentos dispostos neste Estatuto Social e na legislação e regulamentação em vigor. Art. 56. Os documentos necessários à associação e ao relacionamento dos associados	
---	---	--



Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

	com a <i>Cooperativa</i> poderão ser digitais; ou físicos, que, em caso de digitalização, terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, sendo suficientes para comprovação de autoria e integridade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor. Art. 57. Os prazos previstos neste Estatuto Social serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final. Proposta de atualização obrigatória Art. 58. Todas as operações e todos os serviços prestados pela Cooperativa aos seus associados são denominados atos cooperativos e decorrem da relação societária iniciada com a admissão mediante subscrição e integralização do capital social mínimo. Parágrafo único. Os atos cooperativos não implicam operação de mercado, nem contrato	
--	--	--

Proposta de atualização do Estatuto Social da Credjurd

	de compra e venda de produto ou mercadoria, razão pela qual não constituem ato de comércio e relação de consumo.	
--	--	--